



1 – (Princípios) / Enquadramento Legislativo

Como base de suporte à elaboração deste documento, foi considerada a seguinte legislação:

- Lei 46/86 de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo
- Lei 159/99 de 14 de Setembro; - Quadro de transferência das atribuições e competências das autarquias locais, atribuindo-lhes responsabilidades no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de educação e de ensino
- Lei 169/99 de 18 de Setembro;
- Lei 5/97 de 10 de Fevereiro; - Lei-quadro da educação Pré-escolar
- Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro; - Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo da Carta Educativa, transferindo competências para as Autarquias Locais
- Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro; -Transportes escolares (com as alterações introduzidas pelo Dec.-Lei 7/2003 de 15 de Janeiro)
- Decreto-Lei nº 147/97 de 11 de Junho; consagra o regime jurídico do desenvolvimento da Educação pré-escolar, estabelecendo a criação de uma rede nacional de educação pré-escolar que integra uma rede pública e uma rede privada, visando efectivar a universalidade da educação pré-escolar
- Decreto-Lei nº 314/97 de 15 de Novembro; - estabelece a denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensino público não superior
- Despacho Conjunto nº 268/97 de 25 de Agosto; - define os critérios gerais de programação dos estabelecimentos da educação pré-escolar



- Despacho Conjunto nº 28/SERE/SEAM/88; - define os princípios gerais da planificação da rede escolar
- Decreto-Lei nº 108/88 de 31 de Março – regulamenta o ensino particular e cooperativo, integrando-o na rede escolar para efeitos de reordenamento desta
- Despacho Conjunto nº 258/97 de 4 de Setembro – define o regime de atribuição de financiamento para instalação de estabelecimentos da educação pré-escolar
- Despacho Normativo nº 27/97 de 2 de Junho – pretende estimular a participação e a iniciativa das escolas nos domínios do reordenamento da rede educativa

No âmbito dos diplomas acima transcritos podem apresentar-se as seguintes competências dos órgãos Municipais na área educativa:

- Responsabilidade pela construção instalação de equipamento adequado e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e básica;
- Responsabilidade pela constituição do Conselho Municipal de Educação;
- Elaborar a Carta Educativa;
- Gerir os transportes escolares;
- Providenciar apoio a alunos a nível da comparticipação nos transportes e a nível da alimentação dos alunos;
- Gerar envolvimento em actividades complementares ao nível cultural e recreativo;



- Criar condições para a correcta gestão do pessoal não docente da educação pré-escolar e do 1º Ciclo do ensino básico.



2. Âmbito Territorial

Esta carta educativa tem por âmbito territorial o Concelho de Alcoutim, na componente da sua rede educativa.

Introdução

Entender o espaço concelhio e todas as temáticas que nele actuam, como um ecossistema de inter relações de causa efeito, é o primeiro passo para termos processos de planeamento mais abrangentes e completos.

Neste contexto, a educação surge como uma temática vital para o ecossistema atrás referido, visto ser um sector de base.

A organização das redes educativas municipais não deve ser menosprezada, surgindo assim a figura de Carta Educativa como um instrumento estruturante e regulador, que permita numa primeira fase a caracterização/avaliação e diagnóstico da rede existente, apontando numa segunda fase, propostas de reordenamento suportadas por uma estratégia de desenvolvimento a seguir no decorrer do horizonte temporal definido.

No último decénio temos vindo a assistir a profundas alterações, ao nível demográfico, socio-económico, político e cultural, quer na sua componente estrutural, quer na componente orgânica.

As cartas escolares ratificadas nos anos noventa começam a estar desadequadas, sobretudo devido à existência de dados estatísticos mais actualizados e ainda a novas realidades no seio da educação. Por



outro lado importa avaliar a performance desses documentos de forma a conseguir diagnosticar o comportamento das medidas tomadas com vista a perceber se os objectivos foram, ou não atingidos.

A falta de sistemas de monitorização nas cartas escolares em vigor pode ter levado a que a maioria das entidades responsáveis pela rede escolar municipal, se tenham descurado, ainda que inconscientemente, dos objectivos traçados levando a um processo de desactualização que certamente passou despercebido.

A componente de monitorização das “cartas educativas” será, portanto, uma temática vital a inserir nos documentos vindouros.

O facto de se tornarem as autarquias como as responsáveis pela elaboração das próximas Cartas Educativas, faz com que se tenha uma visão mais aproximada da realidade educativa. Esta situação compreende uma oportunidade única de otimizar as análises e estudos a realizar, evitando generalizações perigosas, que normalmente condicionam os objectivos a atingir e omitem problemas existentes.



3. Princípios Orientadores

3.1. A Carta Educativa

Tendo como facto assente que, nos nossos dias estamos perante um espaço-sistema que compreende um conjunto de interações entre os diversos temas sectoriais, importa identificar os princípios orientadores deste documento, tal como, localizar os seus alvos, objectivos e funções no território a que diz respeito.

A Carta Educativa surge, assim, da necessidade de organizar/ planear o designado Território Educativo. Este Território Educativo não é mais do que a concretização espacial do Sistema Educativo Local. Assumindo a discriminação do Território Educativo das restantes componentes sectoriais do espaço municipal, torna-se necessário promover o seu correcto ordenamento consoante as potencialidades, debilidades, oportunidades e ameaças desse espaço. Contudo, a análise que nos permitirá chegar ao diagnóstico e consequentemente às propostas de intervenção, não deverá ser sectorial, devendo assumir uma abordagem holística, dos fenómenos e outros instrumentos que vigoram no espaço concelhio.

Assim, tendo em conta os princípios orientadores das políticas educativas de âmbito nacional e as prefiguradas neste documento, o Território Educativo não será mais do que um espaço geográfico onde se deve assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado.



A figura da Carta Educativa é em tudo semelhante aos restantes instrumentos de gestão territorial, tendo como função ser o instrumento que permita enquadrar a Política Educativa Municipal e garantir enquanto processo a monitorização da aplicação desta estratégia rumo a objectivos predefinidos balizados pela estratégia nacional para os sistemas educativos.

Contudo, é de salientar que este documento pretende assumir-se como produto de uma análise e reflexão da Educação do Concelho de Alcoutim e, também, afigurar-se como um processo de construção e planeamento de acções de melhoria e de promoção de qualidade.

Assim, os objectivos da carta educativa visam:

- prever as respostas adequadas aos desafios constantes e inerentes a processos de desenvolvimento;
- planificar directrizes que assegurem a igualdade de oportunidades de acesso às condições necessárias para o desenvolvimento integral das crianças e jovens, enquanto cidadãos;
- conceber os estabelecimentos de ensino como pólos de inovação educativa;
- dar uma visão prospectiva da realidade analisada;
- constituir um instrumento complementar na definição de estratégias de desenvolvimento;



- assegurar a adequação e a exequibilidade racional das medidas implementadas;
- estimular o diálogo e a responsabilização participada de todos os intervenientes no processo educativo.

Neste sentido, tendo em conta os princípios descritos a função deste documento não é mais do que criar condições para a definição de uma Política Educativa para o concelho de Alcoutim, tendo como pressupostos a aplicação do princípio da correcta utilização dos recursos públicos, a sustentabilidade da execução da política, a resposta às necessidades da Rede Educativa e um contributo positivo para a melhoria e optimização de todos os componentes desta rede, quer ao nível das infra estruturas, quer ao nível dos serviços prestados.

3.2 – Política Educativa Municipal

3.2.1. Introdução

O Conselho Municipal de Educação atentou num conjunto de premissas que caracteriza a sociedade actual:

- A globalização a diversos níveis da vida social, económica e cultural;
- A relevância crescente das competências ao nível das tecnologias;
- A predominância da sociedade do conhecimento;
- As especificidades do Concelho de Alcoutim;
- A recriação de novas formas de participação social e política, e a partir daí elege como vector fundamental do seu desenvolvimento a contribuição para a melhoria da educação no Concelho.



Deste modo, O Conselho Municipal de Educação procurará:

- Contribuir para o desenvolvimento da identidade e da qualidade de vida dos seus cidadãos;
- Aumentar a responsabilidade social na educação através da optimização de recursos;
- Promover a valorização e o desenvolvimento locais através da educação ambiental, artística, desportiva e formação ao longo da vida. Para tal, decidiu formular um conjunto de princípios orientadores da Política Educativa Municipal subjacentes às propostas contidas na presente carta, a saber:
- Contribuir para o garante da qualidade da oferta educativa concelhia;
- Contribuir para o desenvolvimento da vida económica, social e cultural do Concelho;
- Promover a descoberta de novas formas de cidadania conducentes ao fortalecimento de uma identidade concelhia aberta a valores universais;
- Promover o Concelho de Alcoutim como pólo de inovação e de desenvolvimento exemplar.



3.2.2. Objectivos estratégicos

Apontam-se com linhas estratégicas para o desenvolvimento das políticas de educação e de formação as seguintes:

- Criar condições para o reconhecimento da qualidade educativa do Concelho de Alcútem;
- Contribuir para uma maior participação e qualidade na implementação dos Projectos Educativos locais;
- Coadjuvar nos esforços para tornar Alcútem um pólo de desenvolvimento cultural, social e educativo.

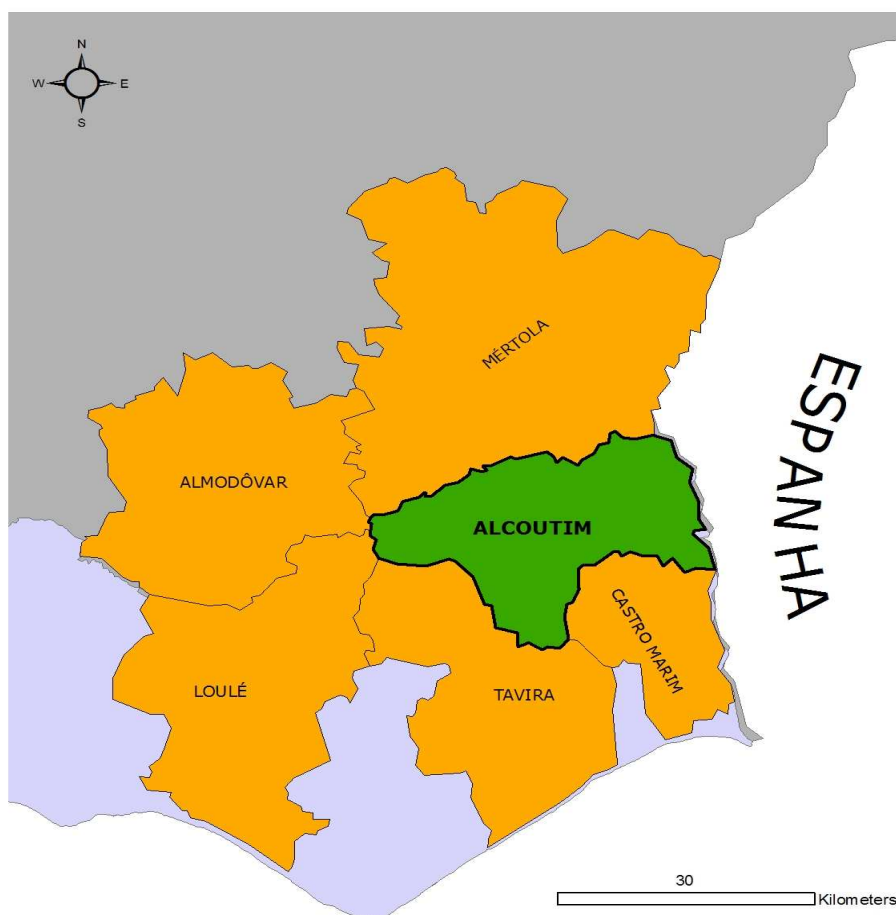


4 – Análise Demográfica e Socioeconómica

4.1 – Território e Análise Socioeconómica

O concelho de Alcoutim localiza-se no Nordeste da região natural do Algarve, no denominado Sotavento. Faz fronteira com Espanha, através do rio Guadiana. Localiza-se a 7º 35' E e a 37º 48' N. O aglomerado de Alcoutim situa-se no Nordeste do concelho.

Figura 1 – Localização do concelho de Alcoutim





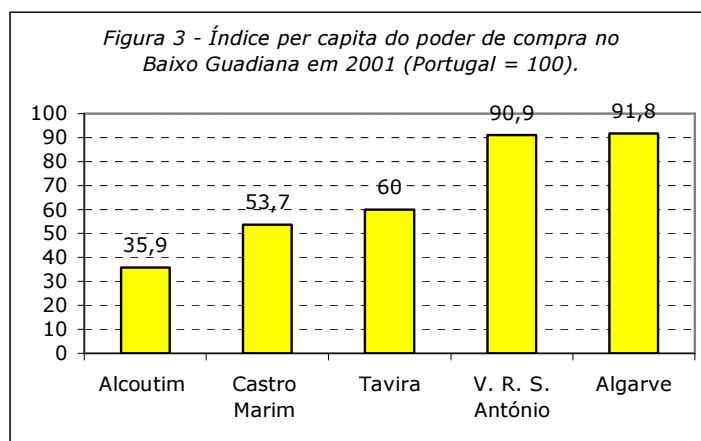
O concelho de Alcoutim ocupa uma área aproximada de 577 Km² e é composto por cinco freguesias: Alcoutim, Giões, Martinlongo, Pereiro e Vaqueiros.

Figura 2 – Freguesias e respectivas áreas

Freguesias	Área (Km ²)
Alcoutim	129.60
Giões	65.95
Martinlongo	134.14
Pereiro	101.25
Vaqueiros	145.63
Total	576.57

Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, Resultados definitivos, 2001, INE.

Alcoutim (concelho) sofre de forte isolamento tanto espacial como social, com um nível de vida muito aquém da dos valores nacionais.



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, Resultados definitivos, 2001, INE.



Alcoutim é ao mesmo tempo sede de freguesia e de concelho, sendo portanto, um aglomerado onde aflui população das restantes freguesias e respectivos montes (aglomerados urbanos de pequena dimensão), que caracterizam esta região serrana, em busca dos diversos serviços públicos.

4.2 Componente biofísica

O concelho de Alcoutim encontra-se no Maciço Hespérico, ou seja, Maciço Antigo. Os materiais aqui existentes têm origem no período Carbónico (280-345 milhões de anos), na fase da Orogenia Hercínica (ou Varisca).

Os terrenos do Carbónico constituem um dos mais extensos afloramentos sedimentares pertencentes a um só sistema, existente em Portugal. As rochas predominantes deste Período são xistos argilosos rijos, bem como grauvaques, frequentemente em bancos espessos; encontram-se também calcários, embora mais raros, alguns quartzitos e intercalações vulcano-sedimentares.

Aqui, os tipos de rocha, além dos grauvaques viseanos, encontram-se, de cima para baixo: xistos pretos, xistos siliciosos e tufos, xistos azuis-violetas e xistos sericíticos manganésíferos.

A estrutura em anticlinório foi cortada por diversos acidentes tectónicos, como dobras. Em relação a este, originaram-se falhas



tectónicas, às vezes com mineralizações manganésíferas e antimoríferas.

O tipo de solo predominante em todo o concelho corresponde a litossolos de climas semi-áridos, que ocupam também grande parte do Alentejo e do interior Algarve.

Os litossolos, ou solos esqueléticos, são solos incipientes derivados de rochas consolidadas, de espessura efectiva normalmente inferior a 10 cm. Não apresentam horizontes genéticos definidos. Tem baixo teor orgânico. Contém, regra geral, apreciável proporção de fragmentos de rocha-mãe que podem apresentar sinais claros de meteorização. Nesta região, os litossolos são de xisto ou grauvaques (Ex). Estes solos têm um fraco (ou mesmo nulo) desenvolvimento de perfil devido à recente exposição da rocha-mãe à acção dos processos de formação de solo ou, mais vulgarmente, por causa da actuação da erosão acelerada que ocasiona a remoção de material de textura mais fina à medida que ele se vai formando.

A desintegração física predomina sobre a alteração química, devido, essencialmente, à falta de humidade, sendo por isso o solo grandemente constituído por fragmentos de rocha-mãe grosseiros ou mais finos.

Em termos de disponibilidades hídricas, estas têm uma relação directa com as condições climatológicas desta área. Aqui, o clima pode caracterizar-se como sendo do tipo continental, com índice climatológico semi-árido.



Os verões são muito longos, quentes e secos. Os Invernos são rigorosos, mesmo rudes, com irregularidade dos valores da precipitação anual. Neste período as temperaturas são muito baixas e ocorre, frequentemente, a formação de geadas. Os ventos sopram do quadrante Norte (N) e Nordeste (NE).

Esta área possui o maior valor de evapotranspiração potencial de Portugal (928 mm) e dos maiores défices hídricos (499 mm), só suplantado pelo do Pocinho, no Vale do Douro (525 mm).

Em termos de precipitação, esta cai abundantemente de Outubro a Março, mas repartida por um pequeno número de dias; corresponde-lhe uma estação de águas altas (Dezembro a Abril) bem marcado. A estação seca é sempre mais prolongada e a estiagem (Agosto-Setembro) atinge valores mínimos (0,58 m³/s em Setembro de 1927).

A concentração de chuvas intensas num curto período vai actuar com o acentuado declive (5-15%) que, com a degradação do solo, vai promover uma erosão implacável que resulta no arrasamento actual de alguns sectores do complexo xistoso. Aqui, a erosividade da precipitação é superior a 75.

Pelo facto dos solos terem um horizonte A bastante diminuto e a pedogénese ser bastante reduzida, os solos são bastante pobres. Quase na sua totalidade pertencem à Classe E (solos) em termos de capacidade de uso, segundo o Centro Nacional de Reconhecimento Agrário (CNRA), havendo apenas pequenas bolas de terrenos que se podem considerar como férteis: o Rossio em Alcoutim, uma área na confluência da Ribeira de Vascão com o rio Guadiana, uma área perto



do Montinho das Laranjeiras, uma faixa entre Guerreiros do Rio e o Cerro da Rocha, junto ao rio Guadiana, alguns terrenos nos meandros da Ribeira da Foupana. Estas áreas são formadas por solos de aluvião e que são classificados como pertencentes à Classe A. Nestes últimos pratica-se uma agricultura para o consumo doméstico e alguns pomares de citrinos (nomeadamente laranjeiras) e também algum pastoreio de ovinos. Nos solos da Classe E o coberto é fraco e de um tipo específico: predominam arbustos capazes de resistir a longos períodos secos, como a esteva. As árvores de fruto que outrora dominavam a paisagem deram lugar a matagais e plantações de eucaliptos e pinheiros que as atrofiam.

Esta área está sujeita a uma erosão acelerada e, nalguns sectores, a uma desertificação. Os solos pouco resistentes e quebradiços, as chuvas intensas e de curta duração, a nudez provocada pelo arroteamento do século passado e o acentuado declive dão mote a um processo cada vez mais imponente. Assim, vamos ter um complexo quase arrasado, com enormes ravinas que marcam os montes; de resto é nesta área que se concentram as maiores tendências para a desertificação.

As disponibilidades hídricas não são favoráveis nesta área, ou seja, nos períodos estivais as elevadas temperaturas e a quase nula precipitação provocam uma evapotranspiração bastante elevada que se traduz na secura das linhas de água; mas este factor revela-se também na diminuição abrupta dos recursos subterrâneos, quer através de captações para uso doméstico, quer pelas próprias condições naturais de saturação dos aquíferos pela vegetação e alimentação superficial. Nos períodos de Inverno a água abunda, quer à superfície, quer nas



muitas captações, através do sistema de poços e furos existentes nas áreas baixas e no fundo dos vales um pouco por todo o concelho.

As principais linhas de água existentes no concelho, pelo seu carácter mais perene ao longo do ano, são: Rio Guadiana, Ribeira de Cadavais, Ribeira do Vascão, Ribeira de Odeleite, Ribeira da Foupana.

Estas captações e aquíferos para além do seu mau estado de conservação (no caso das captações) apresentam alguns problemas no que respeita à poluição e/ou insalubridade; nas captações o problema passa pela falta de manutenção das estruturas que por vezes são votadas ao abandono, mas também pela contaminação através do uso de químicos nas explorações agrícolas que, em muitos casos, resultam na eutrofização da água e na consequente inadequação para usos potáveis. No que respeita aos sistemas lóticos, estes apresentam, na sua grande maioria, uma inexistência de poluição.

Em termos de Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN), grande parte do concelho apresenta factores capazes da inclusão nestas figuras de protecção, dada a sua fragilidade e/ou potencialidade. É necessária uma revisão construtiva dos conceitos associados, assim como uma compatibilização dos sistemas a proteger com as actividades existentes e/ou projectadas para os espaços, sem nunca negligenciar o factor ambiental nem pôr em causa a sustentabilidade natural do território.

A RAN, regulamentada pelos DL 196/89 de 14 de Julho, DL 274/92 de 12 de Dezembro e DL 278/95 de 25 de Outubro, visa a defesa e protecção das áreas de solos com aptidão agrícola, classificados



segundo a sua capacidade de uso. Podem estar inseridos na RAN solos classificados como A, B e Ch pelo CNRA.

A REN, regulamentada pelos DL 93/90 de 19 de Março, DL 213/92 de 12 de Outubro e DL 79/95 de 20 de Abril, tem como objectivo a criação de um *continuum naturale* em todo o território nacional, constituída por áreas que devido à sua sensibilidade ecológica carecem de medidas específicas de protecção. Pertencem à REN: zonas ribeirinhas, águas interiores, áreas de infiltração máxima, cabeceiras de linhas de água e zonas de declive acentuado (>25%). Nestas áreas são “proibidas todas as construções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal” (DL 79/95). O concelho apresenta uma grande sensibilidade dos ecossistemas, pelo que a definição dos perímetros a serem integrados na REN terão de ser bem estudados, para que não haja uma incompatibilidade entre a preservação dos espaços naturais e o desenvolvimento das actividades.

4.3 Actividades Económicas e sua Localização

Nos nossos dias pode considerar-se, que o concelho de Alcoutim atravessa uma fase transição, no que diz respeito à especialização económica.

A agricultura, sector predominante no passado, sofreu um abandono em massa, devido a vários factores, entre os quais podemos



discriminar, a desertificação dos solos, impulsionada por práticas agrícolas desadequadas das condições edáfo-climáticas, e a perda de atractividade perante os concelhos do litoral, que apostavam numa especialização turística.

Actualmente, com os problemas que a agricultura atravessa, de um modo geral, foi necessário estruturar o emprego ao nível do terciário. A maioria dos Alcoutenejos está a trabalhar nos serviços (59,2%). O desemprego não se faz sentir de um modo muito intensivo neste Concelho Algarvio. A terciarização do emprego faz também com que o nível de vida das populações aumente, ou seja, proporciona ordenados mais elevados e outras regalias que este sector oferece (ainda assim a percentagem de idosos é elevada 40%, o que faz baixar o índice do poder de compra). O comércio funciona como apoio ao turismo sendo de destacar a época alta (Verão). O problema surge nas épocas baixas, que podem causar alguns transtornos financeiros.

No que diz respeito à Indústria, pode referir-se que esta não apresenta grande expressão no Concelho, sendo de destacar algumas serralharias e indústrias panificadoras.

O facto de não existir uma base industrial com expressão, leva a que a oferta de emprego também não seja muito diversificada, contribuindo assim para o despovoamento.

O turismo surge assim como o sector impulsionador de uma estrutura económica frágil e sem grande expressão no contexto regional. Contudo, o facto de o turismo ser um sector muito afectado por diversas externalidades, tal como, a sazonalidade e a cada vez mais



feroz competitividade na oferta, faz com que este seja um sector de risco, sujeito a muitas oscilações. A inexistência de uma base económica diversificada contribui, também, para a pouca expressão ao nível dos investimentos, e para a redução do poder de compra.

4.4 Redes e Infra Estruturas

Alcoutim apresenta uma densidade e ocupação populacional baixa. Apresenta também, por conseguinte, uma densidade muito baixa no que respeita à sua rede de transporte.

A rede de transporte viária resume-se à existência de duas vias, a EN 122 e a EM 124. Estas vias desenvolvem-se nos sentidos Norte-Sul e Nascente-Poente respectivamente. Ainda que reduzida, a nível do concelho esta rede está relativamente descentrada espacialmente, nomeadamente no que respeita ao eixo fundamental desta rede (EN 122). Esta via vem apoiar mais a zona marginal ao Rio Guadiana a Este do Concelho.

A inexistência de um serviço de manutenção das vias tem contribuído para o estado de degradação, das mesmas. Da mesma maneira, a limitada dimensão dos seus perfis transversais e a inexistente expansão do seu traçado são aspectos condicionantes a um normal funcionamento destas.

A Estrada Nacional (EN) 122 é a via que liga Beja a Vila Real de Santo António. Apesar de ter sido inaugurada nos fins da década de 40, esta via ainda mantém o traçado inicial, ainda que com pontuais



reconstruções e melhorias. No entanto, estas reconstruções e melhorias, não resolvem o problema do traçado tortuoso desta estrada, não proporcionando, de maneira alguma, segurança e conforto ao seu utilizador. É importante referir que a EN 122 é a via de maior importância nas ligações inter concelhias, absorvendo cerca de 13% do tráfego gerado pela região do Algarve.

A Estrada Municipal (EM) 124 é a via que assegura a travessia e a distribuição transversal do Concelho, aproximando as freguesias de Alcoutim e Martinlongo. Este facto contribuiu para que esta via se tornasse no principal eixo de comunicação rodoviária intra-concelhio. Ainda assim, é uma via que necessita de melhoramentos e extensão dos seus perfis transversais.

É importante ainda referir a Em 506 que faz a ligação entre Martinlongo e a fronteira Sul do concelho, passando por Vaqueiros.

A restante rede viária do Concelho é constituída por caminhos municipais que são, na sua maioria, pequenas vias de acesso aos inúmeros lugares existentes. A distribuição espacial destas é bastante homogénea, sendo de lamentar o estado de degradação destas. Contudo, foram construídos três novos Caminhos Municipais (Martinlongo – Pêro Dias; Casas – Preguiça; Madeiras) e uma nova Estrada Municipal entre Montinho da Revelada e Soudes. É importante salientar, pela sua localização privilegiada, a existência de uma via longitudinal do Rio Guadiana (EM 507). Esta via, de carácter rural, tem um perfil transversal considerável, contribuindo assim para uma utilização sobretudo turística. Também nesta via, foram efectuados melhoramentos no seu traçado.



A Sul do Concelho de Alcoutim foi recentemente concluído o primeiro troço do IC27, que vem contribuir grandemente para atenuar a assimetria litoral/interior, contribuindo para uma ligação mais rápida entre os Concelhos de Alcoutim e Castro Marim. Ainda dentro desta perspectiva de ligação inter concelhia (Alcoutim/Castro Marim), é importante relevar a reconstrução da Ponte da Foupana. Esta ponte está integrada na EN122, sendo um dos principais acessos ao Concelho.

Os transportes públicos na região são, com já seria de prever, muito escassos, as infra estruturas ferroviárias e aéreas não existem fisicamente no Concelho. Assim, o transporte colectivo é apenas exercido de dois modos, o fluvial e o rodoviário.

Foram as boas condições de comunicação fluvial, uma das principais razões para a importância que outrora a Vila desempenhou no contexto regional. O rio funcionava como principal via de comunicação devido à inexistência de vias terrestres apropriadas. Este cenário arrastou-se até meados do século XX.

As boas condições de navegabilidade do Guadiana, até ao Porto Fluvial do Pomarão, tornavam-no no principal eixo de transporte de minério extraído das Minas de São Domingos, situadas a montante de Alcoutim. Por Alcoutim passaram toneladas de minério cuprífero.

Em 1964 com o encerramento das Minas estes movimentos no Rio foram desaparecendo, permanecendo apenas a barca entre Sanlucar



del Guadiana (Espanha) e Alcoutim. Foi a partir deste momento que o transporte fluvial começa a perder importância.

Hoje em dia o transporte fluvial funciona apenas com carreiras turísticas ao longo do Rio Guadiana. Existindo, também uma barca de passagem de Alcoutim para Sanlucar del Guadiana. Este serviço era, no passado, concessionado a um privado tendo um regulamento de preços e obrigações próprio. Actualmente este serviço continua a ser assegurado.

A rede de transportes rodoviários públicos é composta apenas por um operador, a EVA. A dimensão e cobertura territorial deste, é de facto muito reduzida, fazendo com que a acessibilidade a este tipo de transporte nos aglomerados situados fora dos eixos principais, seja bastante reduzida, o que se traduz numa baixa frequência de carreiras.

Na EN 122 apenas operam 5 carreiras, atingindo apenas uma, as 5 circulações diárias em ambos os sentidos e totalizando a globalidade do período diário de funcionamento do serviço de autocarros, apenas 19 horas neste Concelho.

De forma indirecta, mas também determinante, a evolução demográfica condiciona o desenvolvimento do transporte público, pelo que, o despovoamento da região associado às condições precárias das vias contribuem para a necessidade de fortalecimento deste tipo de transporte, de uma forma negativa.



A rede de abastecimento de água abrange 69% da população, estando presente em 47 Povoações¹. Trata-se de uma rede já muito antiga, que tem vindo a ser renovada na última década. O caudal captado é todo da responsabilidade da Câmara Municipal, não havendo outras entidades gestoras. As captações são, na sua quase totalidade, de origem subterrânea.

No que respeita ao saneamento básico, pode referir-se, que 43,7 % da população está abrangida pela rede. A rede de saneamento básico estende-se por 7 povoações², sendo as restantes servidas por fossas particulares.

O abastecimento de energia eléctrica abrange, na sua maioria, todos os fogos da área em estudo.

A autarquia é a entidade responsável pela recolha de resíduos sólidos urbanos, sendo disponibilizadas duas viaturas, para esse efeito. Este processo é efectuado diariamente à excepção de feriados e fins-de-semana.

¹Alcoutim, Balurcos, Corte da Seda, Marmeleiro, Torneiro, Corte das Donas, Corte Tabelião, Palmeira, Azinhal, Barroso, Castelhanos, Laborato, Lutão, Martinlongo, Mestras, Monte Novo do Pereirão, Pessegueiro, Santa Justa, Tremelgo, Diogo Dias, Zorrinhos, Pêro Dias, Alcária Queimada, Cabaços/Fortim/Traviscosa, Montinho da Revelada, Pão Duro, Preguiças, Vaqueiros, Zambujal, Serros/Casas/Barranco, Taipas, Alcária;

² Alcoutim, Balurcos, Martinlongo, Pessegueiro, Pereiro, Vaqueiros.



4.5 Hierarquização dos Aglomerados.

O estudo da rede urbana, a sua definição e representação, pressupõe um conhecimento profundo do território em que se desenvolve.

A rede urbana atende cada vez mais à complexidade das relações entre os aglomerados, pelas suas funções, natureza dos equipamentos, população, numa medida de atractividade.

A sua definição pode ser tipológica, com base nas funções, ou hierárquica, quando se atribui um determinado nível aos aglomerados.

O concelho de Alcoutim apresenta, tendo em atenção os aglomerados existentes, no contexto regional, seja ele da Região Algarve, do Baixo Guadiana (Castro Marim, Vila Real de Santo António) ou dos concelhos limítrofes (Mértola, Almodôvar, Loulé, Tavira, Castro Marim), um nível funcional e hierárquico bastante mais baixo, posicionando-se nos níveis inferiores da hierarquia da rede urbana. A periféricidade geográfica e as fracas acessibilidades determinam o afastamento do núcleo urbano principal – Alcoutim – em relação aos aglomerados da região envolvente.

De facto, a concentração de actividades na vila de Alcoutim fica muito aquém do observado nas outras sedes de concelho. A fraca indústria, o comércio débil e a falta de uma “actividade âncora”, fazem deste aglomerado uma irrelevância no contexto regional em termos de dinâmica económica. Há também a ter em conta a fraca concentração populacional, bem como o processo negativo no que se relaciona com o factor população e/ou recursos humanos. Estes factores, em



associação, determinam um baixo poder de atracção e o consequente aumento do afastamento, quer da economia quer da população.

Em termos internos, isto é, a nível concelhio, o concelho de Alcoutim reveste-se de algumas particularidades, pelo que a análise da estrutura urbana em termos de ligações e relações e a definição de uma rede urbana hierarquizada é bastante peculiar.

Assim, tem de se fazer uma breve introdução àquilo que se revela como mais importante da definição de rede urbana, tendo em conta as características deste território.

Em primeiro lugar tem de se entender rede urbana como sendo a disposição dos vários aglomerados pelo território, sem atender à sua localização ou classificação.

Em segundo lugar tem de se proceder a uma definição do conceito de funcionalidade dos aglomerados, partindo da concentração de actividades económicas e administrativas, através de uma ponderação. Aqui importa grandemente o processo de localização dos equipamentos públicos e do complexo arrastamento de actividades, principalmente terciárias.

Em terceiro lugar tem de se perceber que o factor populacional – a concentração de população – muitas das vezes não revela a funcionalidade do aglomerado.

Assim, e apontando factores como o tipo de habitação, os limites administrativos e religiosos, as acessibilidades dos centros, o grau de



intensidade dos movimentos pendulares, o nível de consumo e as tradições, podemos mais facilmente perceber o funcionamento da estrutura das relações entre os vários aglomerados do concelho.

Os limites administrativos e religiosos, só por si, já comportam grande parte da influência e dos fluxos dos movimentos pendulares e de consumo económica (comércio e indústria) pelo factor aglomeração. Mas ao contrário do que se passa em termos teóricos, o Concelho de Alcoutim revela algumas particularidades neste aspecto. Atendendo ao factor administrativo é Alcoutim que se impõe pelos serviços públicos, mais por uma questão histórica. E este é outro dos factores a ter em conta nesta análise, pois as funções ligadas a uma tradição de concentração, neste caso, pouco têm a ver com a dinâmica no que respeita à localização de novas actividades; há que distinguir e ponderar o peso e importância do factor histórico e das vantagens económicas para a fixação de empresas, cujo objectivo é o lucro. De facto este é um dos fenómenos mais interessantes: Alcoutim concentra administração e serviços bancários por ser sede de concelho, enquanto que Martinlongo concentra um número maior de actividades industriais e comerciais. É também de realçar o facto de as grandes infra-estruturas e equipamentos colectivos se localizarem, preferencialmente, em Martinlongo; dada a importância dos equipamentos pelo seu carácter gerador de atracção. Outra particularidade é a concentração populacional, que se verifica mais em Martinlongo do que nas restantes sedes de freguesia do concelho.

As outras sedes de freguesia – Giões, Pereiro, Vaqueiros – apresentam uma dinâmica económica e populacional muito fraca, mesmo com valores negativos.



Há que ter em conta que, por si só, os aglomerados não conseguem gerar atracção e vingar; é necessária uma rede que coordene as relações entre os vários aglomerados, capaz de conduzir a uma articulação entre todo o território do concelho. Neste aspecto as comunicações desempenham um papel fundamental, principalmente as infra-estruturas rodoviárias, que escasseiam e se tornam, pelo seu estado de conservação, impeditivas de uma circulação mais frequente e intensiva.

Tendo em conta as características descritas anteriormente, pode dizer-se que os aglomerados do concelho de Alcoutim não oferecem uma capacidade de diferenciação a nível funcional e hierárquico, mas ainda assim, e pela multiplicidade de factores envolvidos, bem como pela existência de mais de uma centena de povoações (“montes”), pode desenhar-se uma rede urbana hierarquizada.

Foram definidos apenas dois níveis. No primeiro nível optou-se por uma subdivisão em dois sub-níveis atendendo às especificidades do território e dos aglomerados em causa.

A rede urbana define-se assim:

Nível 1:

- A – Alcoutim;
- B – Martinlongo;

Nível 2: Giões; Pereiro; Vaqueiros.



A classificação de Alcoutim como nível 1A (ou seja, nível mais elevado na hierarquia, acima de 1B) prende-se com um factor histórico, atendendo às suas particularidades de concentração de serviços, mas também para ser lançado como base de alteração efectiva da rede existente. A classificação de Martinlongo como nível 1B vai de encontro ao maior dinamismo industrial e comercial existente no contexto do concelho, o que lhe confere um nível igual ao de Alcoutim, mas que não comporta o factor histórico-administrativo.

Giões, Pereiro e Vaqueiros estão englobados no nível 3 sem distinção pela constatação de uma igualdade no fraco nível populacional e fraco dinamismo das actividades.

É de realçar que os factores funcionais correspondem aos níveis de acessibilidade e o grau de atracção dos aglomerados.

4.6 Caracterização Demográfica

A população do Algarve interior tem vindo a diminuir ao longo tempo. Esta perda de população está directamente correlacionada com as assimetrias de desenvolvimento entre o litoral e a serra.

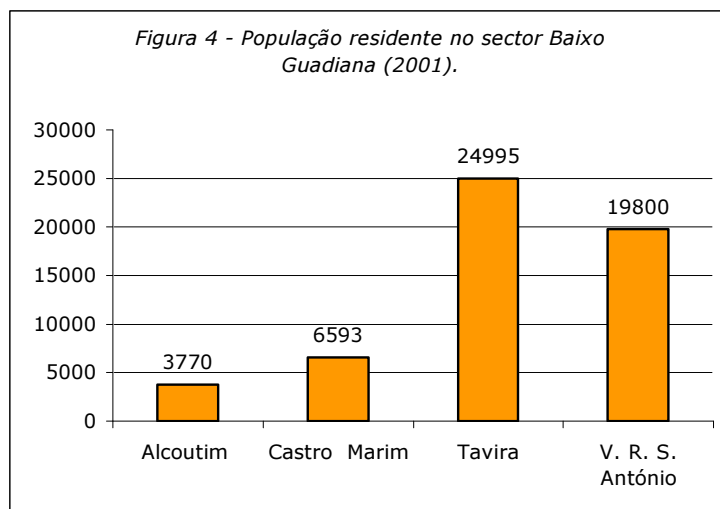
O produto turístico que tem persistido nas últimas décadas baseou-se no binómio Sol/Praia, levando ao abandono progressivo das regiões interiores. Quem parte são, regra geral, os jovens e activos que procuram mais e melhores empregos.



O processo de envelhecimento acentua-se e os concelhos interiores vão submergindo cada vez mais, entram num marasmo que a pouca vontade e capacidade de iniciativa dos que ficam, dificilmente consegue superar, assistindo-se assim a um processo de despovoamento que em algumas aldeias e “montes” é praticamente imparável.

O concelho de Alcoutim é talvez um dos melhores exemplos do que está a acontecer na serra algarvia (foi o concelho algarvio que mais população perdeu nesta última década).

Alcoutim é o concelho menos populoso do sector do Baixo Guadiana³ e aquele que apresenta a densidade demográfica mais reduzida. É certo que é o segundo em área, mas a diferença face aos outros concelhos deve-se primordialmente ao vazio demográfico.

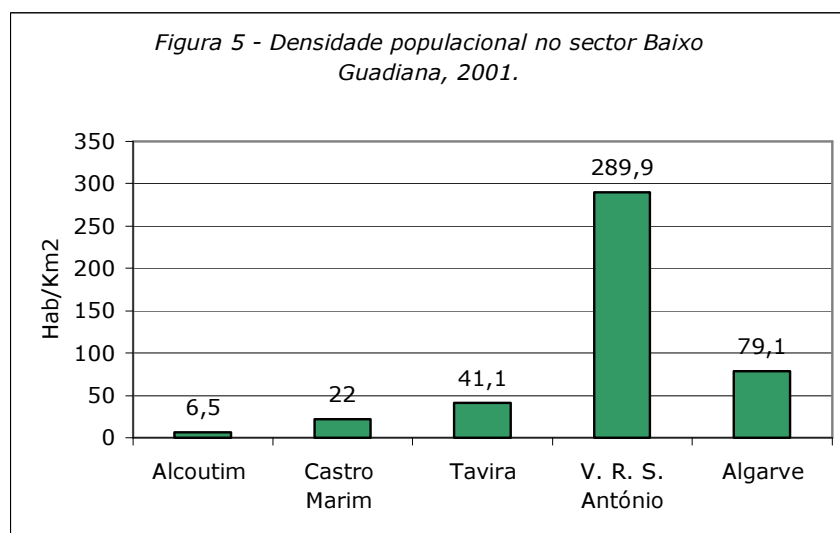


Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, Resultados Definitivos, 2001, INE.

³ Sector Baixo Guadiana é o nome atribuído pela associação Odiana (associação de desenvolvimento local) para designar o conjunto formado pelos concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Tavira e V.R.S. António.



Verifica-se também que os concelhos que mais se distanciam do litoral (Alcoutim e Castro Marim) são aqueles que apresentam menores efectivos e densidades populacionais, evidenciando que o grau de despovoamento é tanto maior quanto maior é o afastamento do litoral.



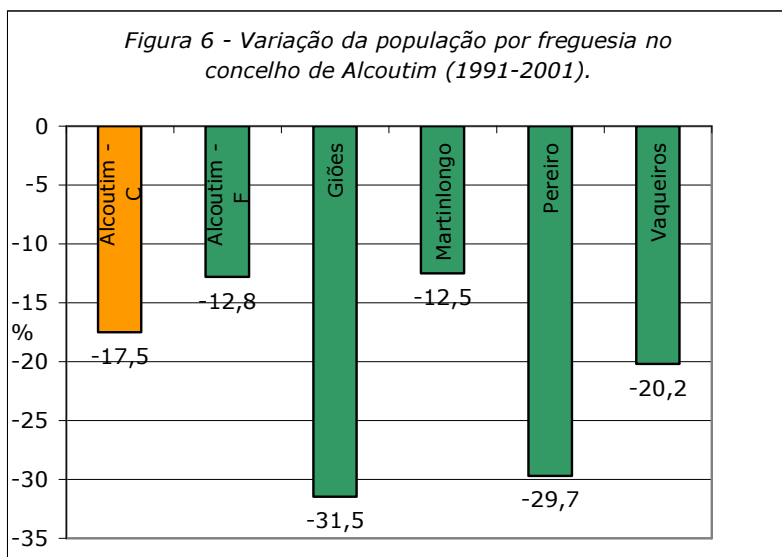
Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, Resultados Definitivos, 2001, INE.

A população de Alcoutim tem vindo a decair desde 1960. Este fenómeno coincide temporalmente com o processo de crescimento económico que o Algarve litoral tem vindo a assistir graças à actividade turística, que emprega muita população e constitui alternativa às fracas perspectivas que o mercado de trabalho dos concelhos serranos oferece (a taxa de desemprego no concelho de Alcoutim era de 7,3% em 2001).

Alcoutim perdeu desde a década de 60, aproximadamente, dois terços da sua população e as perspectivas para 2006 e 2011 reforçam a tendência para o despovoamento, o que não é de admirar face à pouca



capacidade de atracção do concelho e ao grau de envelhecimento que não permite o renovar das gerações.



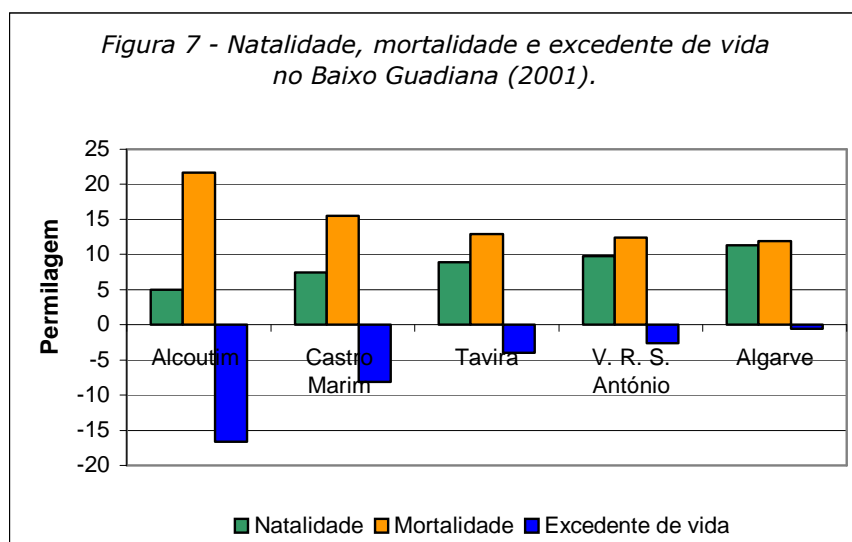
Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, Resultados Definitivos, 2001, INE.

A variação da população no concelho de Alcoutim entre 1991 e 2001, desagregada ao nível da freguesia, permite constatar que Giões e Pereiro são as freguesias que mais população perderam na última década. Pelo contrário Martinlongo e Alcoutim são as freguesias que perderam menos população, embora também se tratem de valores consideráveis.

As taxas de mortalidade são sempre superiores às taxas de natalidade nos concelhos do Baixo Guadiana, o que origina excedentes de vida negativos. Mais uma vez é nos concelhos mais afastados do litoral que os valores são mais preocupantes, especialmente em Alcoutim que apresenta a taxa de mortalidade mais elevada, devido ao envelhecimento da população. Deste envelhecimento da população



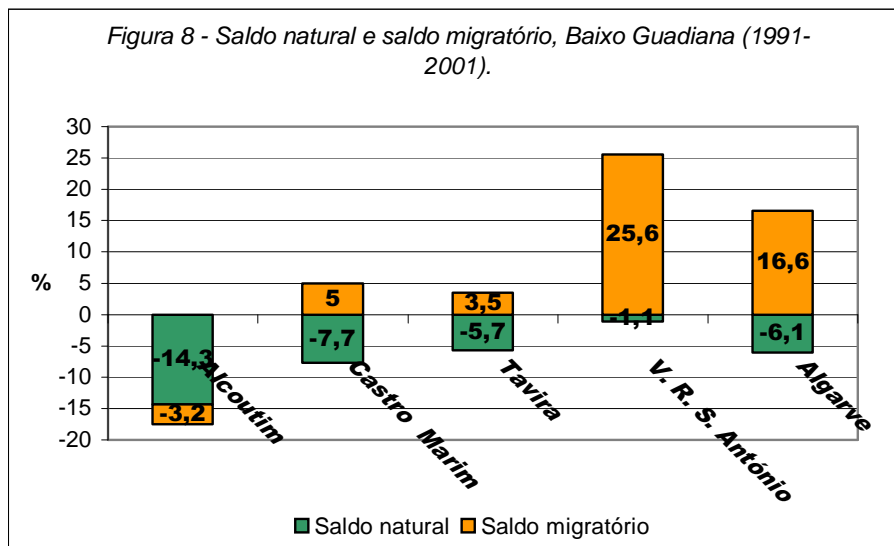
também decorre a baixa taxa de natalidade e, conseqüentemente um excedente de vida bastante negativo.



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, Resultados Definitivos, 2001, INE.

As perdas de população em Alcoutim na última década, devem-se mais à mortalidade (a taxa de mortalidade infantil é também bastante elevada, o que evidencia o baixo grau de desenvolvimento do concelho: 21.5%, INE, 2001) e à baixa natalidade do que a migrações.

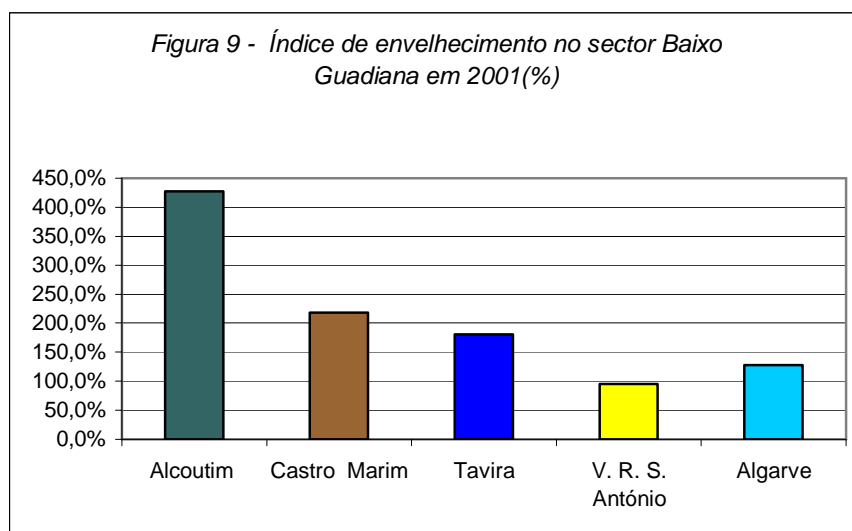
Este factor evidencia, uma vez mais, o envelhecimento da população, pois são os jovens e adultos em idade activa que têm maior propensão para migrar. É também de salientar que Alcoutim foi o único concelho onde o saldo migratório foi negativo e ao mesmo tempo o concelho do Algarve que sofreu as maiores perdas de população.



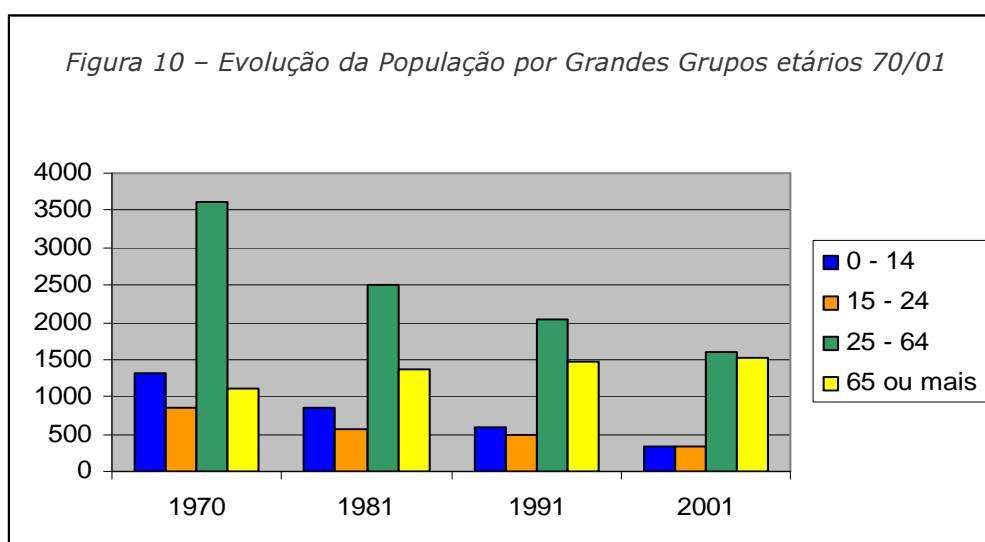
Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, Resultados Definitivos, 2001, INE.

Como foi referido, Alcoutim é o concelho do sector Baixo Guadiana onde o índice de envelhecimento da população é mais alto, daí o rácio de pensionistas por 100 habitantes ser também mais elevado: 51.4%, enquanto Castro Marim, Tavira e Vila Real de santo António e a o distrito do Algarve apresentam os seguintes valores: 29.9%, 29.1%, 22.7% e 23.3% respectivamente.

Por outro lado o índice de dependência dos jovens é relativamente reduzido (0.15), pois o grupo etário dos 0 aos 14 anos constitui apenas 8.6% face à população total.



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, Resultados Definitivos, 2001, INE.



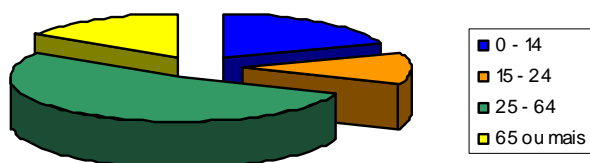
Alcoutim tem, assim, sofrido um acentuado processo de despovoamento, sendo isto, também válido para os concelhos vizinhos, como aliás é tendência geral dos concelhos do interior algarvio e baixo Alentejo.

No que diz respeito à evolução da população por grupos etários, pode verificar-se na Figura 10 uma tendência geral para o decréscimo do



efectivo total e um comportamento idêntico para cada grande grupo etário. No que diz respeito ao grupo dos 0 aos 14 anos, pode verificar-se uma grande perda de importância.

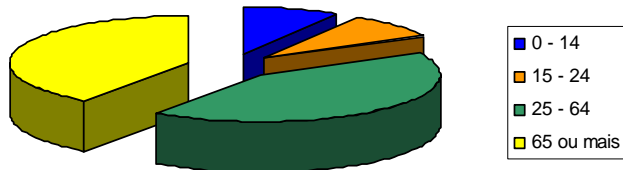
Figura 11 – Repartição da População por Grandes Grupos Etários em 1970



Em 1970 este grupo etário era o segundo mais importante (1320 indivíduos), passando a ser em 2001 o grupo com menor importância (323 indivíduos).

Mas o que mais se destaca, na observação deste gráfico é o comportamento do grupo etário respeitante à população activa, ou seja, aquele que compreende a população entre os 25 e os 64 anos. Nesta situação pode observar-se que existe uma grande diminuição do número de efectivos (3620 em 1970 / 1603 em 2001), que pode estar relacionada com migrações, em busca de melhores oportunidades de emprego.

Figura 12 – Repartição da População por Grandes Grupos Etários em 2001





O comportamento observado no grupo etário que compreende indivíduos com 65 e mais anos é o grande reflexo do processo de envelhecimento da população.

A estrutura etária da população do Concelho de Alcoutim sofreu assim grandes modificações entre os momentos censitários em análise.

A grande consequência destas alterações na estrutura etária da população, é o envelhecimento da população, que se não for travado irá culminar numa cada vez maior perda de importância dos grupos etários mais jovens e num aumento da população mais idosa, o que se traduz num aumento do índice de dependência e na carência de população activa.

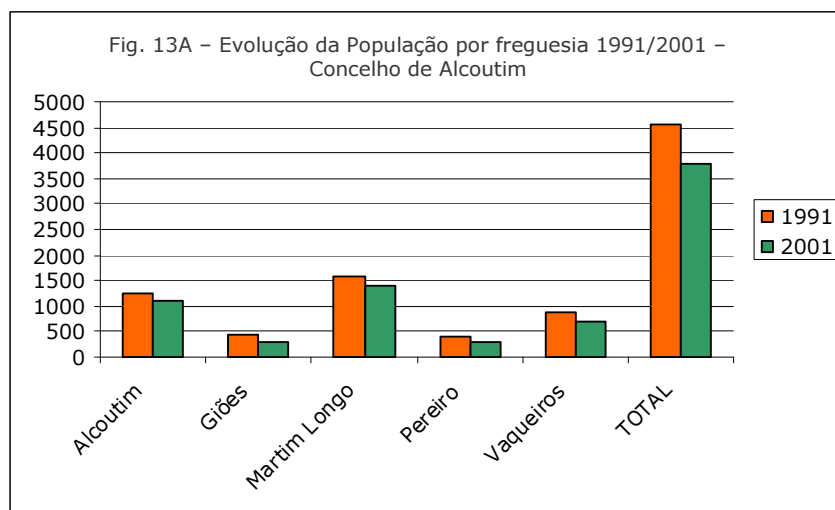
No que diz respeito à Evolução da População por freguesias constata-se novamente o fenómeno de despovoamento que afecta o concelho de Alcoutim. Pode observar-se que todas as freguesias, sem excepção, perderam habitantes entre os períodos censitários de 1991 e de 2001. As freguesias que mais população perderam, foram as de Giões e Pereiro (rondando os 30% de perda). As freguesias que menos população perdem são as de Alcoutim e Martim Longo (rondando os 13% de perda).

Pode concluir-se então que, as freguesias onde o processo de despovoamento se vive com menos intensidade são as freguesias de Alcoutim e de Martim Longo, já que são as únicas que registam valores de perda inferiores à média do concelho.



Fig. 13 – Evolução da População por freguesia 1991/2001 – Concelho de Alcoutim

	1991	2001
Alcoutim	1258	1099
Giões	450	307
Martim Longo	1586	1384
Pereiro	407	287
Vaqueiros	870	693
TOTAL	4571	3770

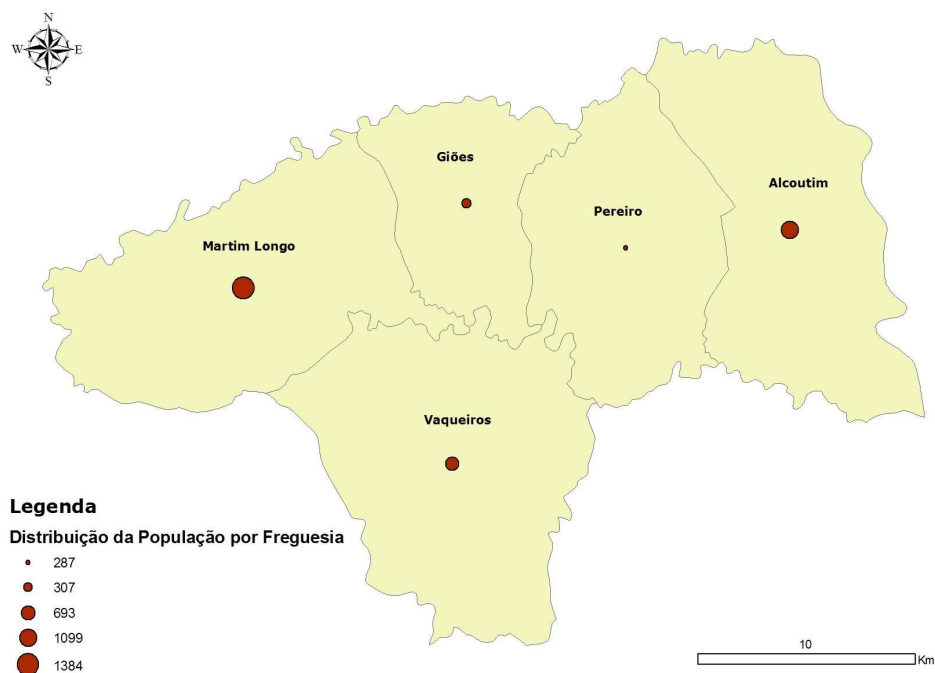


Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, Resultados Definitivos, 2001, INE.

No que diz respeito à distribuição espacial da população pode verificar-se que a maioria da população se concentra nas freguesias de Alcoutim e de Martim Longo, sendo a freguesia de Pereiro que apresenta os valores mais baixos (287 habitantes).



Fig. 14 – Distribuição da População por Freguesia





5. Caracterização e evolução do sistema educativo

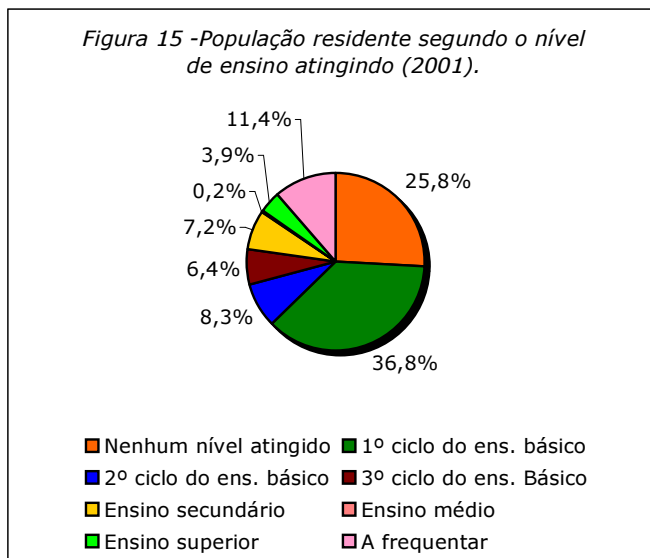
No presente capítulo será traçado o panorama do que tem sido a procura e a oferta do ensino no Concelho, procedendo a uma análise da evolução de frequência escolar, nos diferentes níveis educativos, bem como de uma avaliação dos níveis de aproveitamento escolar. A par desta análise (procurar-se-á ainda delinear um cenário prospectivo das tendências da rede educativa.

5.1 Caracterização da Procura do Sistema Educativo

Num concelho em acelerado processo de despovoamento é natural que a procura da evolução e do ensino evolua num sentido decrescente.

Neste capítulo, será realizada uma análise da evolução recente da frequência escolar, tal como, dos níveis de escolarização e sucesso escolar e a projecção da população a escolarizar.

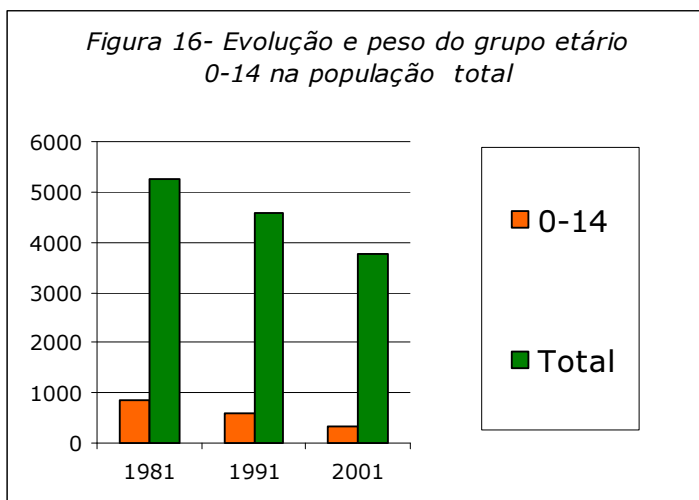
O concelho de Alcoutim apresenta um nível de instrução muito baixo (Figura 13), sendo que, 25.8% da população residente, não atingiu qualquer nível de ensino.



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, Resultados definitivos, 2001, INE.

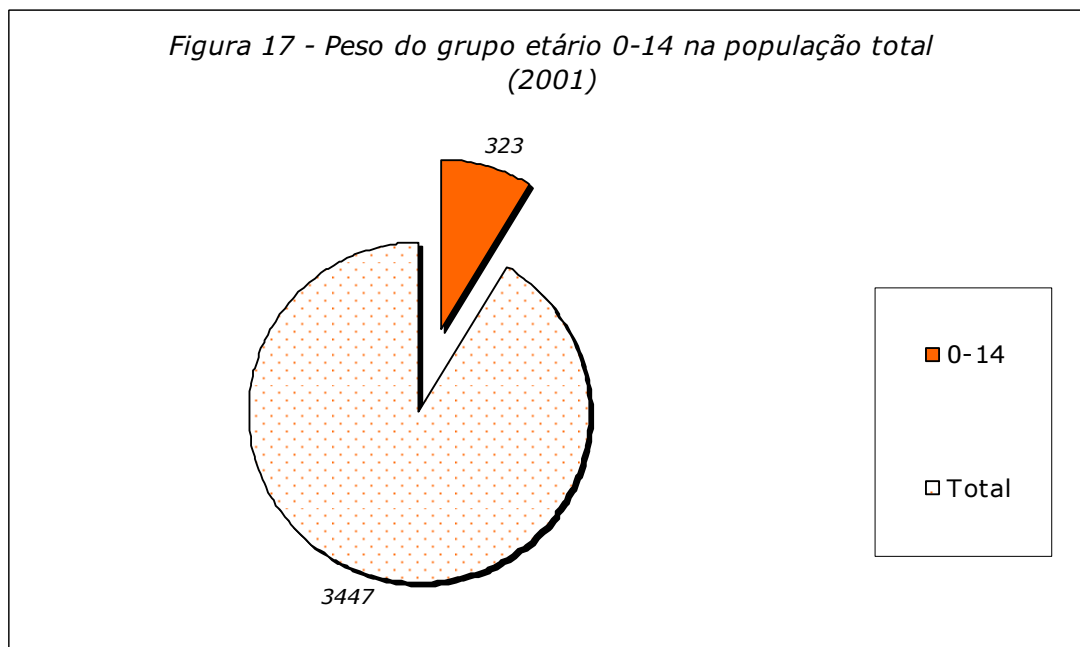


As populações mais idosas têm normalmente a instrução primária (algumas delas incompleta). Os mais jovens apresentam pois um grau de instrução mais elevado.



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, Resultados definitivos, 2001, INE.

Tendo em consideração que a rede escolar de Alcoutim, não contempla o ensino secundário, pode ter se em conta o grupo etário, dos 0 aos 14 anos, como o de maior importância para o estudo.



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, Resultados definitivos, 2001, INE.



Como já foi referido nos estudos demográficos pode verificar-se que, também, esta faixa etária evolui num sentido negativo, quer ao nível concelhio, quer ao nível de freguesia.

A perda de importância do grupo etário de 0-14 anos traduz, também um decréscimo da procura da educação.

5.2 Análise da evolução recente da frequência escolar

5.2.1. Pré-escolar

Apesar do já referido processo de despovoamento a que o concelho assiste, não se verificou, ao nível da educação pré escolar, uma tendência negativa.

Da mesma maneira não se pode afirmar a existência de uma tendência positiva podendo assumir-se sim, uma tendência de manutenção com oscilações, que no fundo podem ser consideradas normais.

Figura 18 – Alunos no pré-escolar

Ano Lectivo	IPSS	Itinerante	Total
2000-2001	23	24	47
2001-2002	35	58	93
2002-2003	38	33	71
2003-2004	40	25	65
2004-2005	40	18	58
2005-2006	48	20	68

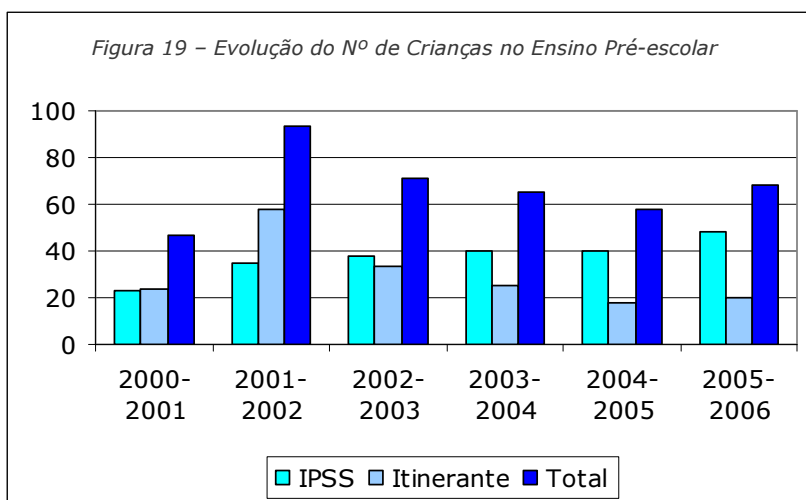
Fonte: Direcção Regional de Educação do Algarve



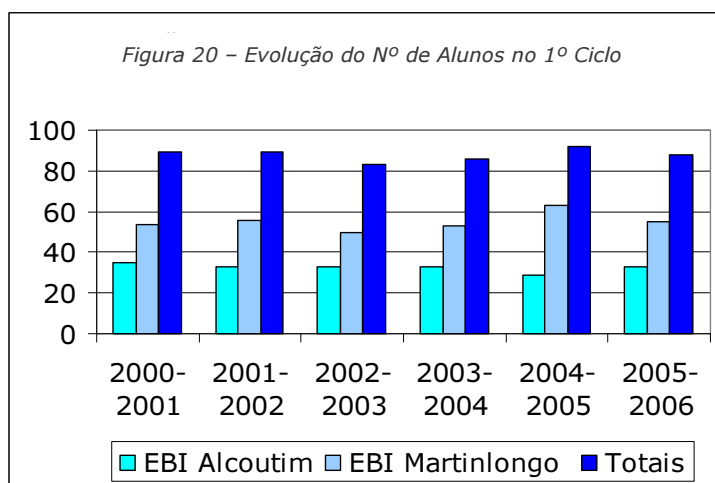
1º Ciclo

O comportamento da frequência escolar no 1º Ciclo é bastante similar ao comportamento verificado no ensino pré-escolar.

Como se pode verificar na figura 17, a tendência existente neste caso aponta mais seriamente para o decréscimo do nº de alunos.



Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo



Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo

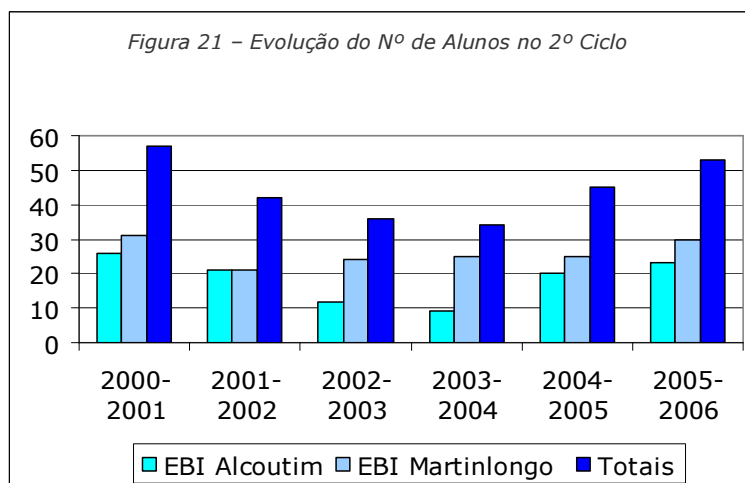


Esta tendência, pode considerar-se perfeitamente natural e espectacular contudo há que ter a mesma em conta no capítulo das propostas.

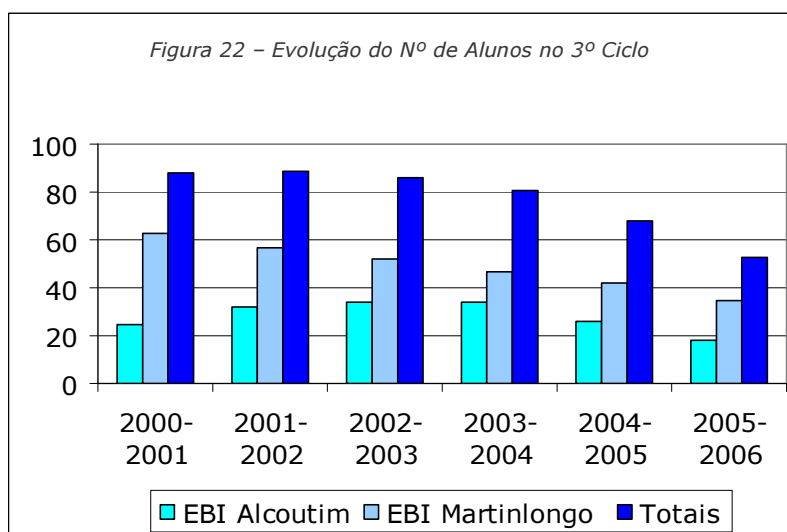
2º e 3º Ciclo

Através da observação da Figura 18 relativa à evolução da frequência escolar no 2º e 3º ciclo, também é identificável uma tendência para o decréscimo no nº de alunos desde o ano lectivo 2000-2001.

Este facto prende-se com um fenómeno de causa/efeito, ou seja, a um decréscimo nos níveis de ensino anteriores corresponderá sempre, numa segunda fase, uma tendência para o decréscimo nos níveis superiores



Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo



Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo

Ensino Recorrente

Num concelho com as características demográficas do concelho de Alcoutim, o ensino recorrente assume um papel essencial na rede educativa municipal.

O Ensino Recorrente propicia modalidades de ensino aos indivíduos que já não se encontram em idade de frequentar o ensino básico e secundário. Permite, igualmente, a aquisição de competências para a vida activa e a melhoria da integração no mercado de trabalho.

Este tipo de ensino baseia-se num plano de estudos adaptado às experiências e vivências dos educandos permitindo-lhes uma formação ao longo da vida, adequada aos seus tempos de aprendizagem, ritmos e disponibilidades.

É de referir que este tipo de oferta educativa inclui duas modalidades de ensino: Cursos de Alfabetização e Cursos do 1º ciclo.



Podemos assim observar a evolução do número de alunos que frequentaram o ensino recorrente compreendendo o período entre 2003/2004 e 2005-2006.

Fig.23 – Evolução do nº de Alunos no Ensino Recorrente no Concelho de Alcoutim

		2003/2004		2004/2005		2005/2006	
		Nº de turmas	Nº alunos	Nº de turmas	Nº alunos	Nº de turmas	Nº alunos
Ensino Recorrente	Alfabetização	3	29	2	20	5	51
	1º Ciclo	-		3	31		

Da análise da Figura 23, pode concluir-se que tem havido um aumento do número de alunos no Ensino Recorrente. É também importante destacar a quebra de alunos matriculados, verificada no ano lectivo de 2003-2004 derivada da ausência de matrículas no 1º Ciclo.

Educação Extra Escolar

Para além do ensino recorrente, o Educação Extra Escolar assume, da mesma forma, um papel primordial em qualquer rede escolar, da qual a Rede Escolar do Município de Alcoutim não é excepção. A Educação Extra Escolar garante complementaridade na formação oferecida pela rede escolar e proporciona a criação de valências aos alunos. Será elaborada uma caracterização baseada nos anos lectivos de 2003-2004 a 2005-2006, tendo em conta os Cursos Sócio-Profissionais, os Cursos Sócio-Educativos e os Cursos de Actualização.



Figura 24 – Educação Extra-Escolar no Concelho de Alcoutim

		2003/2004		2004/2005		2005/2006	
		Nº de turmas	Nº alunos	Nº de turmas	Nº alunos	Nº de turmas	Nº alunos
Educação extra-escolar	Curso sócio-profissionais	3	38	5	65	6	65
	Curso sócio-educativo	-	-	2	30	7	108
	Curso de actualização	4	46	-	-	-	-

Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo

No ano lectivo de 2005-2006 estiveram matriculados 177 alunos nos vários cursos de Educação Extra Escolar, tendo sido registado uma aumento de 110% no número de matriculas desde o ano lectivo 2003/2004. Para este facto contribuiu decisivamente o aumento de importância dos cursos sócio-educativos.

Tanto o Ensino Recorrente quanto a Educação Extra-escolar tem contado com um público essencialmente feminino e cuja faixa etária se situa, maioritariamente, acima dos 40 anos de idade.

5.3 Níveis de aproveitamento escolar

Os níveis de aproveitamento escolar traduzem, em certa medida a eficácia do funcionamento de toda a rede escolar. Sendo o concelho de Alcoutim, um concelho bastante afectado pelos processos de litoralização populacional e interioridade, seria de esperar outro comportamento ao nível do Sucesso Escolar. Mas o que é facto é que os dados relativos a esta temática são excelentes, comprovando a eficácia da rede educativa concelhia.



Em termos gerais, o concelho de Alcoutim apresenta um nível de sucesso escolar médio⁴, que ronda os 90%.

Figura 25 – Percentagem de Insucesso Escolar na EBI de Alcoutim e na EBI de Martim Longo

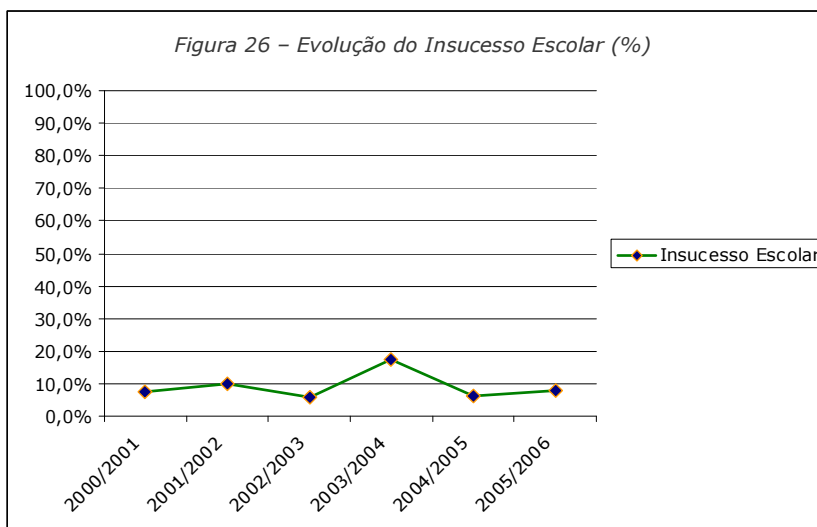
EBI Alcoutim

	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
1º Ciclo	0,0%	0,0%	0,0%	18,2%	3,7%	6,1%
2º Ciclo	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	13,6%	0,0%
3º Ciclo	4,0%	12,9%	15,2%	11,8%	3,8%	5,6%
Média	1,3%	4,3%	5,1%	21,1%	7,1%	3,9%

EBI Martim Longo

	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
1º Ciclo	16,7%	17,9%	4,8%	13,2%	4,8%	0,0%
2º Ciclo	6,9%	4,8%	0,0%	16,7%	4,0%	20,0%
3º Ciclo	17,7%	24,1%	14,0%	10,6%	7,3%	15,0%
Média	13,8%	15,6%	6,3%	13,5%	5,4%	11,7%

Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo



Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo

⁴ Estudo efectuado com dados fornecidos pela EBI de Alcoutim e EBI de Martim Longo relativo ao período entre o ano lectivo de 200/2001 e 2005/2006;



A leitura dos valores relativos ao insucesso escolar no concelho e do seu comportamento ao longo dos últimos anos lectivos comprova que este valor se mantém na generalidade abaixo dos 10%, tendo como excepção o ano lectivo de 2003/2004. Os baixos valores de insucesso escolar demonstram também, o bom comportamento lectivo das EBI do concelho.



5.4 Caracterização da Oferta do Sistema Educativo

5.4.1 Rede Escolar – tipologia e localização

A rede escolar do concelho de Alcoutim compreende quatro instituições, repartidas pelas freguesias de Alcoutim e Martinlongo (**Figura 28**).

Figura 27 – Estabelecimentos por Freguesia

Freguesia	Estabelecimento
Alcoutim	Escola Básica Integrada de Alcoutim
	Jardim Infantil A Joanhinha
Martinlongo	Escola Básica Integrada de Martinlongo
	Jardim Infantil do Centro Desenv. Cultural e Social de Martinlongo

No que diz respeito à natureza institucional dos estabelecimentos escolares pode observar-se que existe a presença do sector privado e público. O sector privado compreende os jardins-de-infância, enquanto que as EBI são de natureza pública.

Figura 28 – Estabelecimentos por Freguesia e Natureza Institucional

Freguesia	Natureza Institucional	
	Público	
Alcoutim	Redes dos Ministérios	Escola Básica Integrada de Alcoutim
Martinlongo		Escola Básica Integrada de Martin Longo
	Privado	
	IPSS	Jardim Infantil A Joanhinha
Martinlongo		Jardim Infantil do Centro Desenv. Cultural e Social de Martinlongo



5.4.2 Estado de conservação e adequação dos espaços

Para a análise do estado de conservação e adequação dos espaços existentes, foi efectuado um inquérito aos estabelecimentos de ensino existentes no Concelho.

Da análise do inquérito realizado resulta a Figura 29.

Figura 29 – Estabelecimentos por condições de segurança, higiene e saúde

Freguesia	Escolas	Segurança		Higiene e saúde	
		Meio Ambiente	Edifício recinto escolar	Meio Ambiente	Edifício recinto escolar
Alcoutim	Jardim Infantil a Joanhinha	Bom	Razoável	Razoável	Razoável
	EBI de Alcoutim	Bom	Bom	Bom	Bom
Martinlongo	Jardim Infantil do CDCSM	Bom	Bom	Bom	Bom
	EBI de Martinlongo	Bom	Bom	Bom	Bom

A conclusão que podemos retirar da análise destes dados é que, os equipamentos apresentam na sua generalidade um bom estado de conservação e adequação. Como excepção surge o Jardim Infantil “a Joanhinha”. Neste caso, pode referir-se que tanto o edifício como o espaço envolvente não apresenta um estado de conservação tão bom como os restantes estabelecimentos. Ainda assim é importante referir que está a decorrer um projecto de reabilitação urbana da área envolvente, o que irá contribuir para a melhoria do ambiente urbano deste.



5.4.3 Capacidade/Saturação dos espaços

O concelho de Alcoutim, tem vindo nos últimos anos a presenciar um fenómeno de despovoamento intensivo. O despovoamento está relacionado, não só com migrações, mas também com o envelhecimento da população.

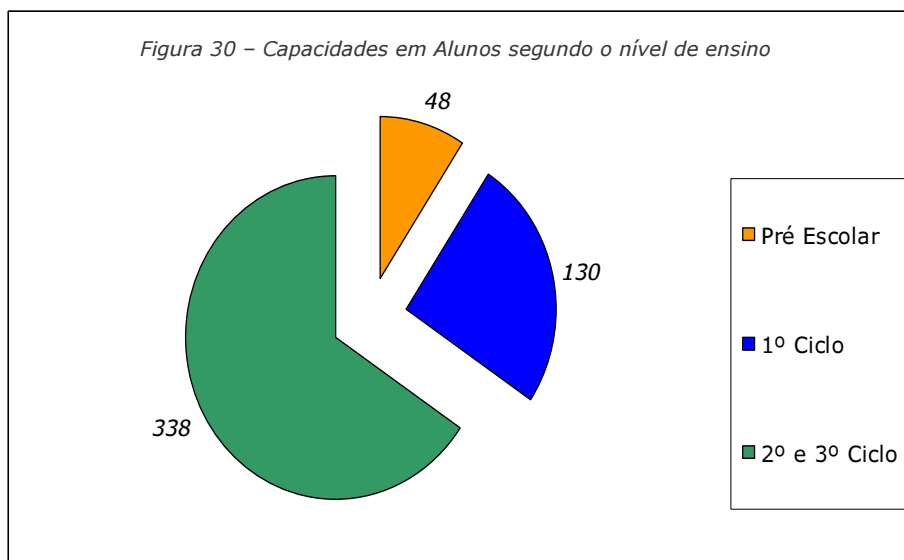
Importa assim, analisar a capacidade/saturação dos espaços educativos de forma a poder especular sobre os vários condicionantes da rede educativa, entre os quais a eficiência da rede de escolas, no que diz respeito à tipologias e localização das escolas e a afectação de espaços dentro destas (nº de salas afectas a cada valência ou nível de ensino).

A rede escolar do concelho de Alcoutim tem, actualmente, capacidade para acolher 516 alunos. Nesta rede considera-se a estrutura da Pré-Escolar Itinerante dado que esta é parte integrante da Escola Básica Integrada de Alcoutim, não apenas em termos administrativos, como também em termos técnico-pedagógicos. Mais acresce que esta estrutura de educação funciona, é dotada de estruturas físicas fixas específicas e adequadas às características das suas dinâmicas pedagógicas. Esses espaços físicos encontram-se situados, designadamente, nas escolas devolutas do 1º ciclo do Pessegueiro, Vaqueiros, Giões e Pereiro e, ainda, nas EBI's de Martinlongo e de Alcoitim, nas quais se desenvolvem de forma regular e continuada actividades de ludoteca e de integração, respectivamente.

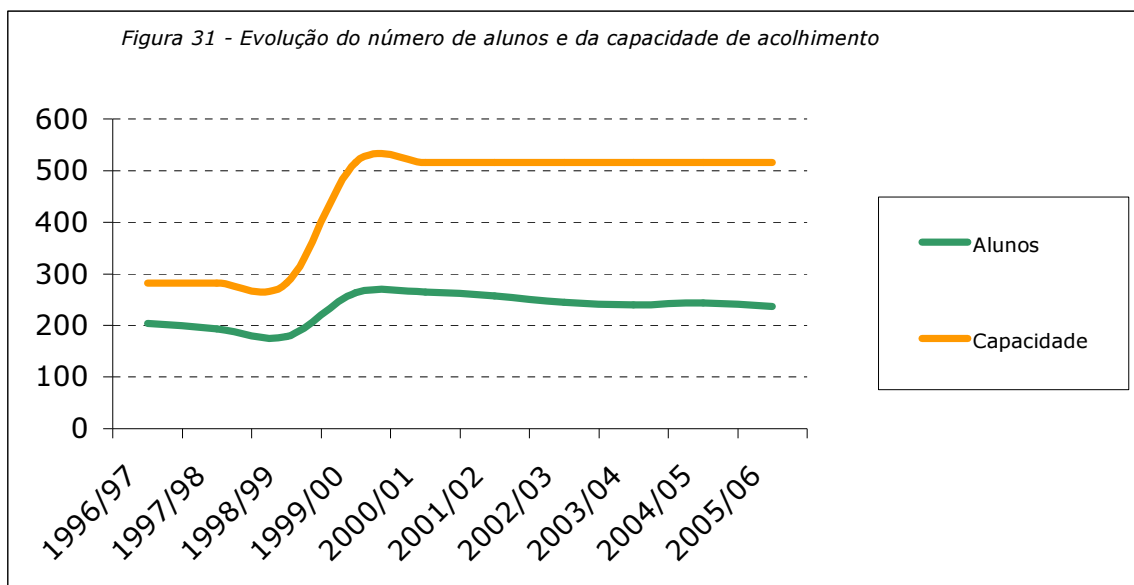
No que diz respeito à distribuição por nível de ensino (Figura 30) podemos dizer, que o 2º e 3º ciclo são aqueles que maior capacidade



de acolhimento regista (338 alunos), enquanto que o ensino pré-escolar apenas tem capacidade para acolher 48 alunos. A capacidade de alunos pode ser diferenciada consoante o número de salas afectas a cada nível ensino, devido à existência de estabelecimentos integrados, ou seja que comportam mais que um nível de ensino.



A evolução da oferta dos estabelecimentos do concelho ao nível do número de alunos cresceu significativamente no ano lectivo de 1999/00, devido à construção da EBI de Martinlongo.

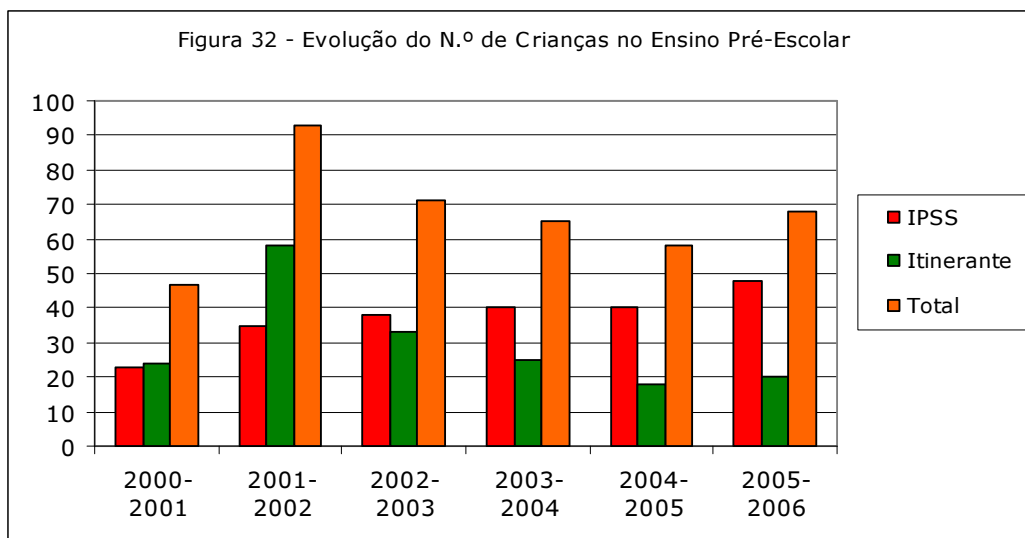


Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo

Ainda assim, como podemos verificar na Figura 31 observou-se um decréscimo do número de alunos, o que resultou numa diminuição das taxas de ocupação por estabelecimento.



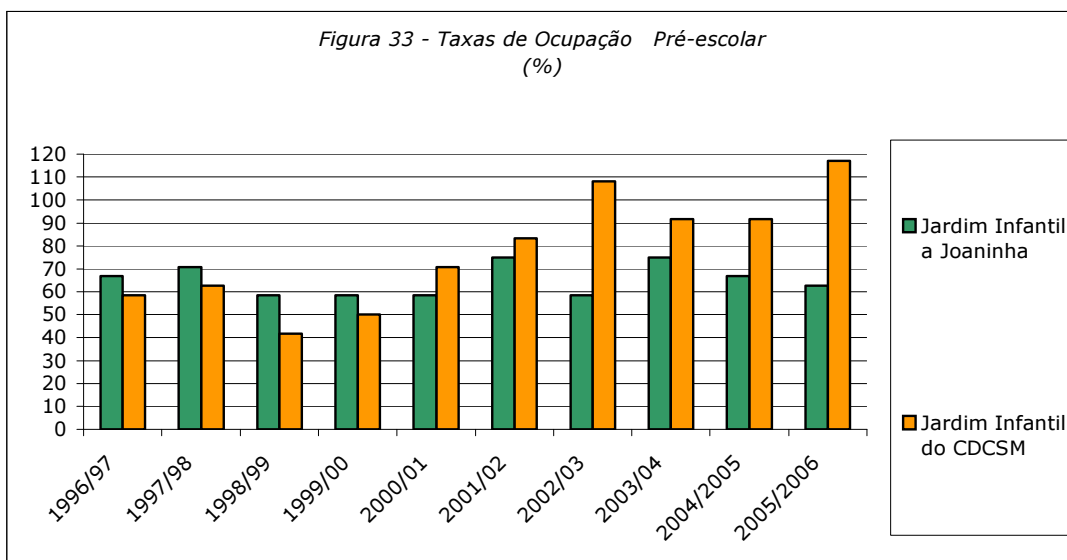
5.4.3.1 Educação Pré-escolar



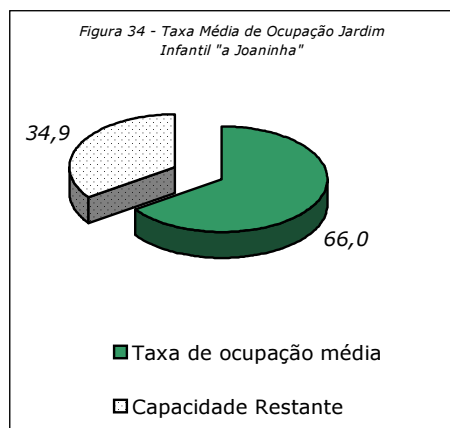
Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo

O concelho de Alcoutim oferece actualmente uma capacidade para acolher 48 alunos no ensino pré-escolar. Como já foi referido anteriormente, esta capacidade é bastante flexível já que os estabelecimentos de ensino têm capacidade de disponibilizar salas suplementares no caso de existir um aumento do número de alunos.

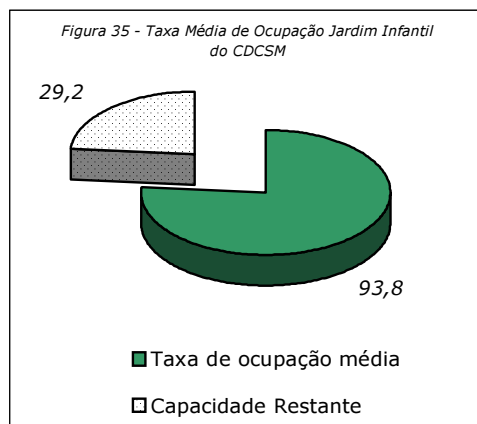
No caso do Jardim Infantil do CDCSM, esta situação já chegou a acontecer, no ano lectivo de 2002/03. Neste caso o estabelecimento optou por disponibilizar mais uma sala para o ensino pré-escolar. Esta grande flexibilidade tem a ver com o facto de os estabelecimentos terem outras actividades (ATL, Cresce, etc.). No início de cada ano lectivo os recursos são optimizados consoante as necessidades de cada valência do estabelecimento.



Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo



Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo





A evolução das taxas de ocupação desde o ano lectivo de 1996/97 até ao de 2003/04 (Figura 32), revela dois comportamentos distintos. O primeiro é o de uma certa regularidade nos valores apresentados, não apresentando estes uma clara tendência de subida ou descida. A segunda conclusão a retirar é o comportamento registado no Centro Infantil do CDCSM, que após um período de crescimento, apresenta em 2003/04 uma taxa de ocupação que ronda os 90%.

Ao observar as Figuras 33 e 34, relativas às taxas de ocupação médias (TMO) verificadas nos dois estabelecimentos de ensino pré-escolar existentes no concelho de Alcoutim, podemos dissipar algumas dúvidas recorrentes do gráfico anterior.

Em primeiro lugar, é interessante verificar, que apesar das variações registadas na Figura 32, nestas últimas, através da simplificação dos valores pela média aritmética, é nos, demonstrada uma visão mais clara das taxas de ocupação. Os dois estabelecimentos apresentam taxas de ocupação a rondar os 70%, o que não se revela uma situação problemática.

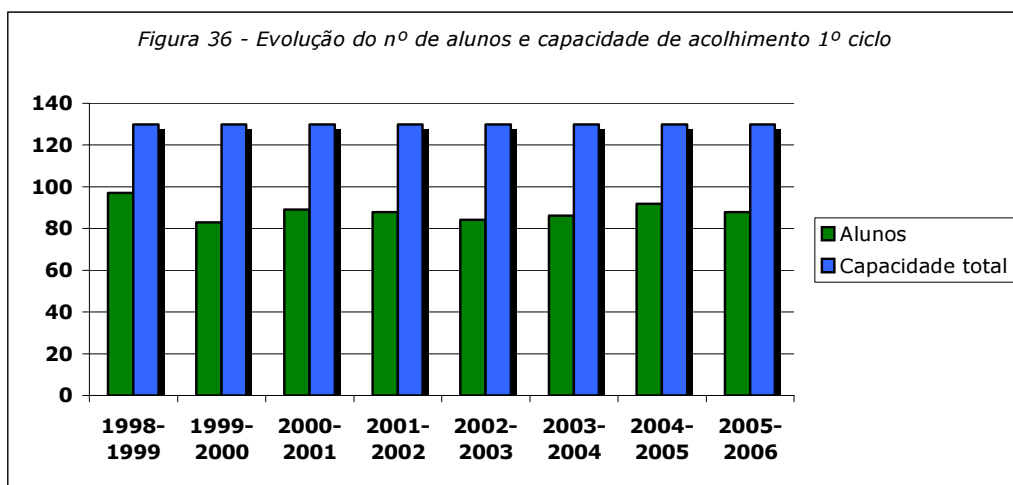
Por outro lado, o facto de o Concelho ser assombrado por um acentuado fenómeno de despovoamento e envelhecimento de população, faz com que não existam perspectivas futuras de crescimento da população pré-escolar, o que torna estas taxas de ocupação pouco preocupantes em termos prospectivos.



5.4.3.2 Educação Básica 1º Ciclo

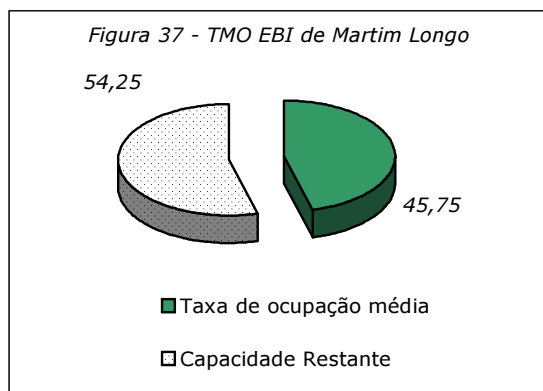
A flexibilidade dos espaços de ensino que se verifica no ensino pré-escolar é também visível no 1º Ciclo, do ensino básico. Esta situação deve-se sobretudo, ao facto de o 1º Ciclo ser leccionado em Escolas Básicas Integradas (única tipologia existente no concelho), podendo estas articular os espaços de ensino em função das necessidades decorrentes.

A rede escolar de Alcoutim oferece actualmente capacidade para 130 alunos para este nível de ensino (Figura 36), sendo a EBI de Martinlongo o estabelecimento que mais alunos pode acolher (78)

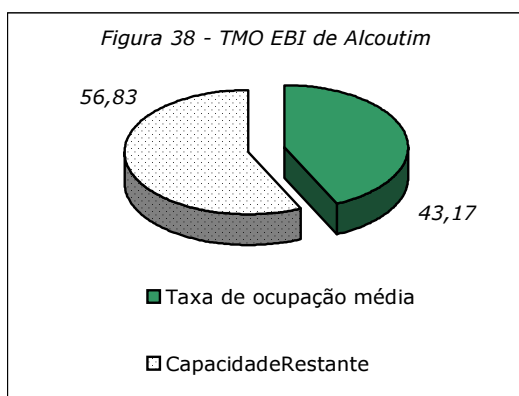


Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo

No que diz respeito às taxas de ocupação, pode observar-se um comportamento relativamente semelhante ao do ensino pré-escolar, ou seja, a existência de pequenas variações, não transmitindo uma noção concreta de crescimento ou de decréscimo.



Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo



Os gráficos relativos às taxas médias de ocupação por estabelecimento permitem uma visão mais clara e concreta do comportamento da taxa de ocupação.

Neste caso o facto mais relevante a apontar são as diferenças entre os dois estabelecimentos, apresentando a EBI de Alcoutim uma taxa de ocupação acima dos 50% e a EBI de Martinlongo uma taxa de ocupação significativamente inferior e abaixo dos 50%.

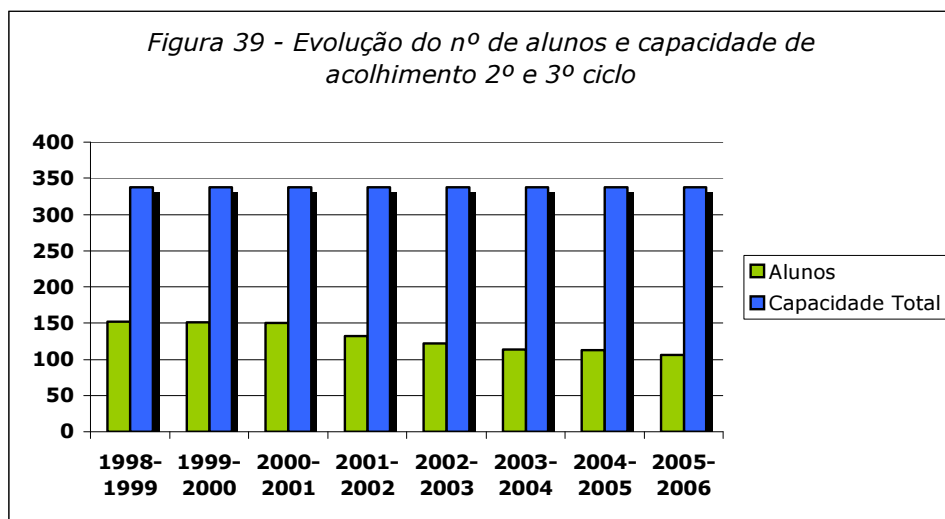
longo



Esta situação é perfeitamente justificável pelo facto de a EBI de Martinlongo ter mais salas disponíveis para o 1º ciclo do ensino básico, fazendo com que a sua capacidade aumente.



2º e 3º Ciclos do Ensino Básico



Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo

O comportamento, ao nível das taxas de ocupação, do 2º e 3º ciclo é muito semelhante ao dos níveis de ensino referidos anteriormente.

Contudo, como podemos verificar na Figura 39, o comportamento da evolução das taxas de ocupação é relativamente diferente, apresentando uma ligeira tendência para o decréscimo e não chegando a atingir 50% de taxa de ocupação.

Aqui, está claramente presente uma situação de aumento significativo da capacidade de acolhimento, que contrasta com uma redução no número de alunos.

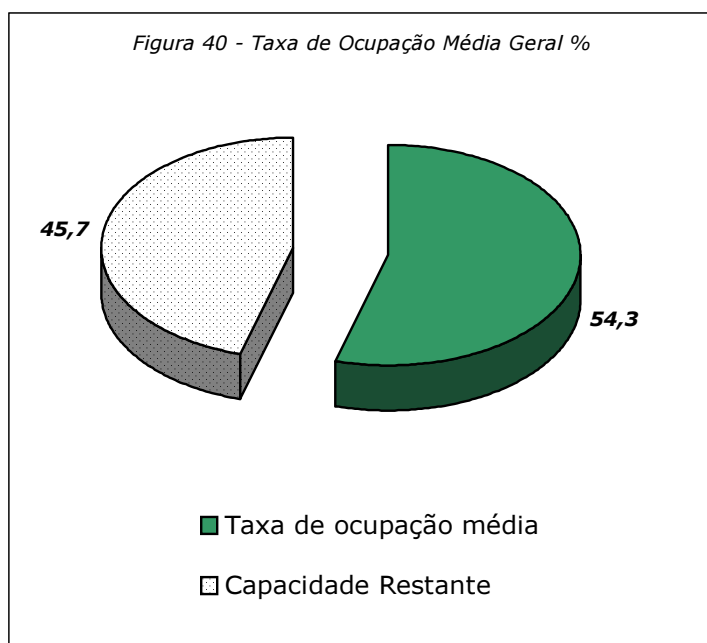
A redução não é tão significativa devido ao facto de na EBI de Martinlongo, o número de alunos se ter mantido mais ou menos constante.



É neste sentido que ao observarmos as taxas de ocupação média, por estabelecimento, vamos constatar que as EBI apresentam valores diferentes, ou seja, enquanto que a EBI de Martinlongo apresenta valores acima de 50% de ocupação a EBI de Alcoutim já apresenta valores abaixo desse nível percentual, o que reflecte o comportamento anteriormente descrito.



5.4.3. Possibilidades de ampliação dos estabelecimentos



Fonte: Escola Básica Integrada de Alcoutim e Escola Básica Integrada de Martinlongo

Como se pode constatar pelas taxas de ocupação e sua evolução, tal como na evolução do número de alunos e capacidade de acolhimento, não justificam só por si qualquer tipo de ampliação dos estabelecimentos escolares.

A importância das taxas de ocupação dos estabelecimentos do pré-escolar é relativa, visto haver flexibilidade na utilização dos espaços, podendo a capacidade de acolhimento ser facilmente adaptável.

O papel do ensino pré-escolar itinerante também deve ser aqui considerado, no entanto, esta tipologia de ensino deve apenas ser entendida como uma tipologia de recurso, já que não se traduz numa rede educativa em estruturas físicas fixas estáveis.



5.4.4 Equipamentos

Quantificar e qualificar o nível de equipamento existente em cada estabelecimento é uma tarefa extremamente árdua que não cabe a este documento.

Contudo, importa relevar que todos os estabelecimentos de Alcoutim apresentam uma grande diversidade no que diz respeito ao equipamento existente. Estes compreendem os áudio visuais, os informáticos, suportes de informação e comunicação, podendo considerar se os mesmos, como recursos adequados, actualizados e de qualidade bastante satisfatória, nomeadamente, no que diz respeito às duas EBI's.

As Escolas Básicas Integradas são complementadas por equipamentos desportivos.

Estes equipamentos compreendem pavilhões escolares de apoio à actividade desportiva. São pavilhões cobertos, com piso sintético nos espaços desportivos e com áreas de apoio.

Na freguesia de Alcoutim foi construído um equipamento deste tipo, com as seguintes características:

Comprimento	26 m
Largura	15 m
Piso	Sintético
Obs. Possui balneários, WC e gabinetes.	



Na freguesia de Martinlongo, encontra-se em fase final de conclusão das obras do projecto de construção de um Pavilhão com as seguintes características:

Comprimento	50.46 m
Largura	44.91 m
Piso	Sintético

Tanto a EBI de Alcoutim, como a EBI de Martinlongo estão equipadas com Bibliotecas Escolares. Estes espaços correspondem a uma sala polivalente onde os alunos têm recurso à bibliografia existente nas escolas (cerca de 5 000 Livros na EBI de Alcoutim e cerca de 3 500 na EBI de Martinlongo), combinado com o recurso a equipamentos audiovisuais e informáticos com ligação à Internet.

As Bibliotecas do concelho estão integradas na rede de bibliotecas escolares, estando por isso afectado um crédito de horas variável, tendo sido no ano lectivo de 2004/2005 de 11 horas e no ano de 2005/2006 de 8 horas semanais, 22 horas semanais de acompanhamento por parte de um docente e um funcionário a tempo inteiro.

Os regimes de funcionamento compreendem o período das 9:00 às 16:45, sendo que a Biblioteca da EBI de Alcoutim têm um período de almoço de uma hora, entre as 13:20 às 14:20. A Biblioteca da EBI de Martinlongo compreende ainda um período de funcionamento nocturno caso existam aulas no ensino nocturno.



Os estabelecimentos escolares do Concelho de Alcoutim estão na sua maioria bem equipados, sendo importante destacar que nunca existe um nível de equipamentos perfeito, visto este ser muito passível de desactualizações e desadequações.



6. Cenário Prospectivo da população em idade Escolar

6.1 Projectão da população a escolarizar

Entendendo a Carta Educativa como um documento prospectivo, podemos considerar o capítulo das projecções demográficas como um capítulo essencial para a definição das estratégias a adoptar, já que este nos permite ter uma visão da população a escolarizar no horizonte do plano.

No caso do concelho de Alcoutim, pelo facto de já existirem estudos neste sentido, nomeadamente ao nível da revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL), optou-se por enquadrar, os mesmos, na elaboração deste capítulo, de forma a potenciar a complementaridade e garantir coerência do estudo.

Segundo os estudos demográficos do PROTAL, são apresentados dois cenários demográficos para o concelho de Alcoutim (Figura 41).

O primeiro cenário (**C1**) estima para 2011 uma população total de 3243 habitantes, enquanto que o segundo cenário (**C2**) aponta para um número mais reduzido de 3200. A estratificação da população projectada foi elaborada segundo o seu comportamento em 2001 resultando na seguinte tabela.

Figura 41 – População em 2011 segundo o PROTAL

	C1	C2
0-14 anos	278	274
15-64 anos	1666	1644
>65 anos	1299	1282
Total	3243	3200

Fonte: Estudos de Caracterização do PROTAL



Por outro lado foi elaborada uma tabela com os valores relativos à evolução do peso relativo de cada grupo etário, ao longo dos últimos momentos censitários (Figura 42).

Figura 42 – Peso relativo dos grupos etários

Grandes grupos etários	1970	Peso Relativo%	1981	Peso Relativo%	1991	Peso Relativo%	2001	Peso Relativo%
0-14 anos	1320	19,1	844	16,0	583	12,8	323	8,6
15-64 anos	4475	64,7	3054	58,0	2522	55,2	1937	51,4
>65 anos	1120	16,2	1364	25,9	1466	32,1	1510	40,1
Total	6915	100	5262	100	4571	100	3770	100

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Como podemos verificar na Figura 21, para além de se ter verificado um decréscimo na população residente no concelho, existiu também uma grande perda de importância do grupo de dos 0-14 Anos, perda esta que revela claramente um processo de envelhecimento da população, que não é recente.

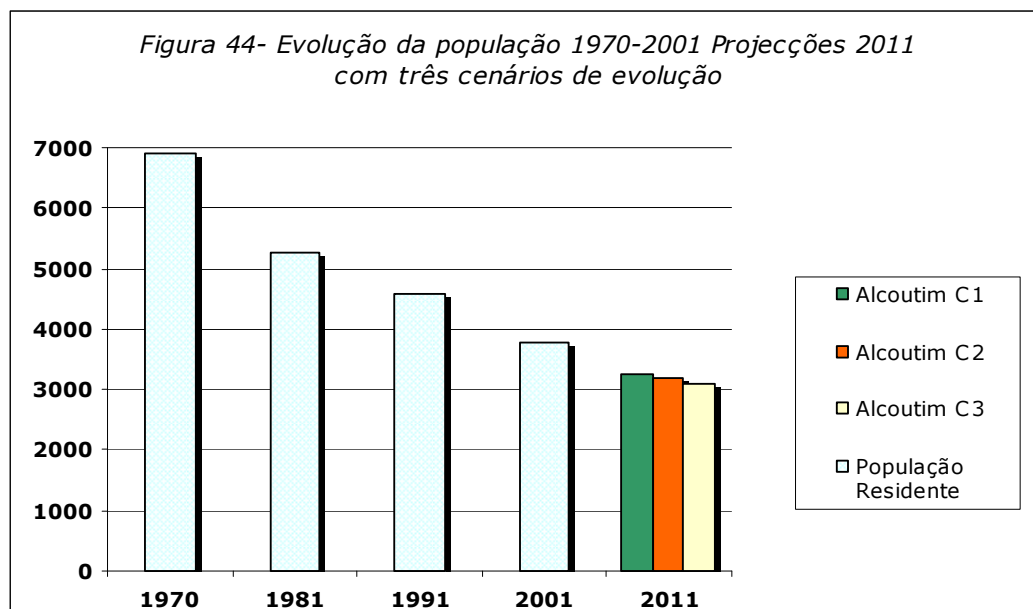
Com base nos valores médios de crescimento ou não do peso relativo de cada grupo etário, o foi elaborado um terceiro cenário (**C3**) a acrescentar aos restantes (Figura 43).

Figura 43 – Estrutura etária utilizada para cálculo do Cenário C3

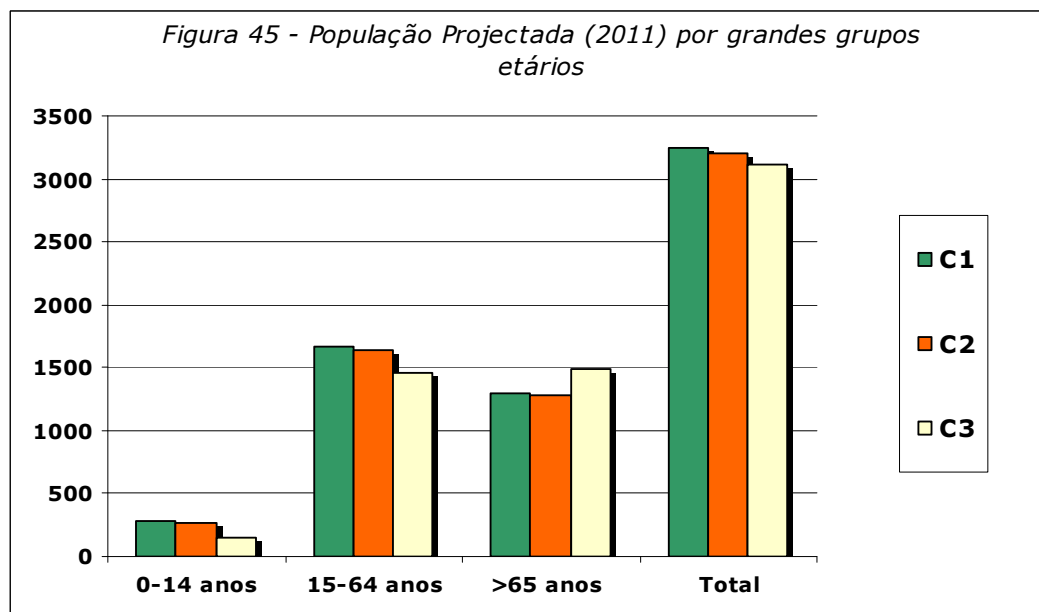
Grupos etários	2001	Peso Relativo	Valores médios	Peso relativo em C3	C3
0-14 anos	323	8,6%	-3,5	5%	155
15-64 anos	1937	51,4%	-4,4	47%	1462
>65 anos	1510	40,1%	8,0	48%	1493
Total	3770	100%	-17,5	100%	3110



O cenário C3 aponta para uma população de 3110 indivíduos, transmitindo uma posição mais pessimista do que os cenários atrás definidos.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Projeção dos autores





Após a apresentação dos cenários importa expor as projecções ao nível dos grandes grupos etários tendo em especial atenção o grupo 0-14, que engloba a população a escolarizar.

Assim, como podemos verificar na Figura 45, apesar de os totais apresentados por cada cenário não serem muito diferentes, o que é um facto é que cada um deles representa um comportamento diferente a ter em conta.

Entre o cenário C1 e C2 não existem grandes diferenças ao nível do comportamento por cada grupo etário, visto não ter sido contemplado nestes a evolução do peso relativo dos grupos etários em cada momento censitário.

Por seu lado, pelo facto de para a elaboração do cenário C3, já terem sido considerados valores médios, resultantes do comportamento demonstrado pelos grandes grupos etários, é bastante visível o processo de envelhecimento da população, presente no espaço concelhio.

É de realçar que este tipo de projecções não tem em consideração ocorrências anormais que podem inverter completamente as tendências aqui demonstradas.

Os cenários aqui definidos são o reflexo dos acentuados processos de despovoamento e envelhecimento da população.



Os reflexos destes dados na rede escolar, são praticamente nulos, no que diz respeito às taxas de ocupação dos estabelecimentos, como se pode verificar na Figura 46 e 47.

Neste aspecto, os cenários apontam para que no horizonte deste documento, não se cheguem a atingir os 50% de taxas de ocupação dos estabelecimentos.

Este facto faz com que não se justifique a ampliação ou a construção de qualquer estabelecimento escolar no período temporal de vigência desta Carta educativa.

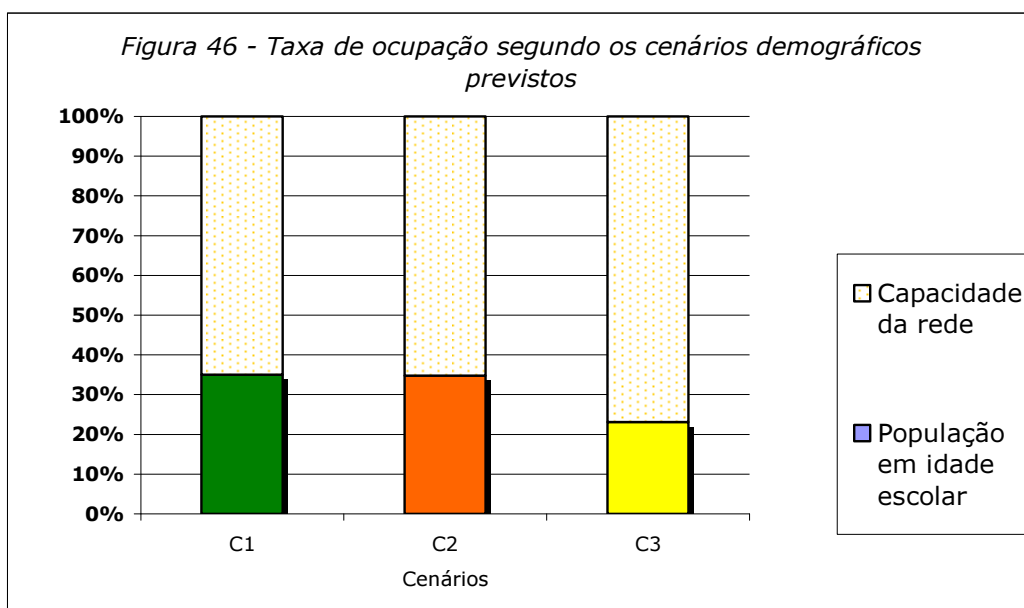


Figura 47 – Capacidade da rede sobre os cenários demográficos previstos

Grupos etários	C1	C2	C3
População em idade escolar	278	274	155
Capacidade da rede	516		



7. Concretização da Acção Social Escolar

Dando cumprimento ao nº 4 do art.12 do Decreto-Lei 7/2003, deve constar da carta Educativa informações relativas à Acção Social Escolar do Município.

Neste capítulo serão apresentados os dados relativos à actuação da Câmara Municipal de Alcoutim, no período compreendido entre 2004 e 2005.

Os transportes escolares são, aqui, considerados Acção educativa e compreendem o transporte de todas as crianças e jovens em idade escolar.

7.1. Acção Educativa

7.1.1 Transportes Escolares

O município de Alcoutim elabora para cada ano lectivo um Plano de Transportes Escolares. A dimensão espacial e o tipo de povoamento do

Figura 48 – Número de Alunos /Km Percorridos

	Nº de Alunos	Nº de km's Percorridos
EBI de Alcoutim	31	209
EBI de Martinlongo	82	615
Ensino Secundário Tavira	4	87
Ensino Secundário Vila Real de Sto António	57	286
TOTAL	174	1197

concelho exigem que se planeie a execução do transporte da população escolar do município.



A base de estudo para a elaboração deste documento será o Plano de Transportes do Ano Lectivo 2005/2006.

O projecto de transportes para o ano lectivo de 2005/2006 baseia-se no seguinte movimento diário:

O município dispõe de 95 lugares em veículos próprios para transporte dos alunos, sendo estes distribuídos segundo a Fig.48

No caso das deslocações afectas aos alunos do ensino secundário em Vila Real de Santo António e Tavira, os alunos são transportados até às paragens da EVA – Transportes SA, por viaturas da Autarquia.

Para este caso o tempo de espera em cada paragem não ultrapassa os 10 minutos, sendo que as paragens estão equipadas com abrigos de protecção.

A autarquia é responsável pela maioria das despesas de transporte de alunos, sendo que apenas os alunos do Ensino Secundário estão sujeitos ao uso do passe de estudante seguindo as regras do IASE e segundo os escalões definidos pelos estabelecimentos de ensino que frequentam (Tavira ou Vila Real de Santo António).



Desta feita, o Município de Alcoutim teve como previsão despende 216 747.52€, para o ano de 2005/2006. Neste valor deve se ter em conta a comparticipação prevista para os alunos do Ensino Secundário de 7 184.01€, que irá resultar numa despesa total de 223 931.53€.

Figura 49 – Despesas com Transporte Escolar

	Despesas com Transporte Escolar
Ensino Básico	169 125.88€
Ensino Secundário	47 621.64€
Comparticipação	7 184.01€
Total	216 747.52€

O plano de transportes da autarquia prevê um conjunto de circuitos por nível de ensino de forma a servir de uma forma mais eficaz todos os alunos. Assim, para o Ensino Básico são considerados 6 circuitos, enquanto que para o Ensino Secundário são considerados 9 circuitos, sendo 4 destes operados pela empresa EVA – Transportes SA.

Figura 50 – Número de Lugares/ Viaturas

	Nº de Lugares
Ligeiro de Passageiros	9
Pesado de Passageiros	20
Pesado de Passageiros	28
Pesado de Passageiros	38
TOTAL	90



5.3.2. Acção Social Escolar

Entende-se, neste caso concreto, por Acção Social Escolar os subsídios atribuídos pela Câmara da seguinte forma:

- Para pagamento de refeições às crianças da Educação Pré-escolar e do 1º ciclo;
- Para aquisição de material destinado ao desenvolvimento das actividades na Pré-escolar Itinerante e no 1º ciclo;
- Para aquisição dos manuais escolares às crianças do 1º ciclo;
- Para atribuição de bolsas de estudo aos jovens que se encontram a frequentar o Ensino Secundário e Universitário.

Os subsídios supra-citados têm sido objecto de concertação em sede do o qual avalia a sua implementação e desencadeia, anualmente, novas propostas. (De acordo com o 7/2003 isto passará a ser competência do Conselho Municipal de Educação)

Seguidamente, serão analisadas em mais pormenor as diferentes dimensões da Acção Social Escolar.

7.2.1. Refeições

As refeições são subsidiadas, na íntegra e de valor igual estabelecido pela legislação em vigor, a todos os alunos do ensino Pré-escolar e do 1º ciclo. No caso dos alunos das IPSS's, as entidades providenciam as



refeições. Em relação à Educação Pré-escolar Itinerante, apenas no pólo do Pessegueiro as refeições são providenciadas em acordo com uma estrutura de restauração local. As restantes são tomadas, pelos alunos, nos respectivos Centros de Dia onde as actividades decorrem.

7.2.2. Bolsas de estudo

As bolsas são atribuídas aos jovens que frequentam o ensino secundário e universitário e para as quais os mesmos se candidatam. Os critérios de atribuição das referidas bolsas são devidamente aplicados em função do Regulamento Municipal Dr. João Dias que, estabelece como critérios de atribuição de bolsas, os rendimentos do agregado familiar, a obrigatoriedade de residência no concelho e as notas do Aluno.



8. Diagnóstico

O capítulo de diagnóstico da rede educativa, irá compreender uma abordagem quantitativa e qualitativa dos aspectos de caracterização.

Este capítulo tem como principal objectivo a constituição de uma base teórica fundamentada por elementos técnicos, que sustente o tema das propostas de reconfiguração ou reordenamento da rede escolar.

O concelho de Alcoutim apresenta, desde logo, uma rede escolar única no contexto regional. Como consequência das alterações sociais vividas nos últimos decénios, assistiu-se a um grande processo de despovoamento e envelhecimento da população no espaço concelhio. O processo de despovoamento não é exclusivo, mas a sua acção no território é bastante particular.

A procura educativa foi também bastante afectada, já que a população em idade escolar tem vindo a diminuir. Contudo, tem vindo a apostar-se numa melhoria e optimização dos recursos existentes, tal como no investimento em novos estabelecimentos e equipamentos. A oferta de educação é pública e privada (pré-escolar), parecendo-nos adequada, após análise das taxas de ocupação.

Apesar de só existirem quatro estabelecimentos num Concelho com cerca de 60 000 hectares, a taxa de cobertura é excelente devido, em grande parte, ao esforço praticado pela autarquia, que garante o transporte de todos os alunos do Ensino Básico e Secundário.



Este serviço de transporte foi objecto de um plano realizado pela Câmara Municipal de Alcoutim, onde são discriminadas as vertentes do transporte escolar.

A autarquia dispõe, actualmente, de uma capacidade máxima de transporte de 149 lugares.

No ano lectivo de 2003/04 estavam previstos serem transportados 116 alunos, num percurso diário de 824 km. Estes valores dizem apenas respeito ao transporte de alunos para as EBI de Martinlongo e Alcoutim.

No que diz respeito às condições de higiene saúde e segurança dos estabelecimentos escolares, pode constatar-se que são na sua maioria muito boas, existindo algumas correcções a fazer, nomeadamente na adequação dos espaços exteriores dos jardins-de-infância.

Ao nível dos equipamentos importa referir que, tanto as Escolas Básicas Integradas como os jardins-de-infância têm um nível razoável de equipamento, podendo este ser considerado adequado. Neste caso os estabelecimentos escolares estão bastante organizados, existindo inventários de todo o equipamento.

No seio da construção/ampliação de edifícios é importante frisar que, devido aos resultados apresentados na projecção demográfica, não existe necessidade de construções ou ampliações, já que as projecções apontam para a continuidade do processo de despovoamento e envelhecimento da população e uma consequente diminuição da população a escolarizar.



De modo a sintetizar as deficiências e as mais valias da rede educativa do concelho de Alcoutim optou-se pela elaboração de uma matriz SWOT (Figura 50) que representa os Pontos Fortes; Pontos Fracos; Oportunidades; Ameaças preponderantes para a definição de propostas.

As baixas taxas de abandono escolar, o bom estado de conservação dos estabelecimentos escolares e a concentração espacial dos mesmos surgem em primeira análise como um ponto forte a considerar.

As oportunidades que podem potenciar este sistema educativo serão a inversão do processo de despovoamento, a aposta no ensino secundário/ profissional no concelho e finalmente uma optimização/ revisão do Plano de Transportes.

Como pontos fracos do sistema educativo, podemos apontar a pouca influência dos indivíduos em idade escolar (0-14) na estrutura etária do concelho e a ausência do ensino secundário no concelho o que obriga a que os alunos se tenham de deslocar até Vila Real de Santo António ou Tavira para atingirem esse nível de ensino.

A concentração dos estabelecimentos escolares assume um sentido dúbio, já que tanto pode ser um ponto forte como um ponto fraco. Neste caso assume um sentido negativo já que, devido ao tipo de povoamento existente no concelho (disperso) obriga a que muitos alunos se tenham de deslocar de grandes distancias para ir à escola.

Como grandes ameaças surge o processo de despovoamento vivido e a sua evolução futura, quer ela seja positiva ou negativa, ou seja,



podendo contribuir para o esgotamento da capacidade de acolhimento actual, ou no caso de termos uma evolução positiva (aumento do despovoamento no concelho), conduzir a uma maior perda de importância dos indivíduos em idade escolar, atingindo negativamente a procura da educação e do ensino no concelho.

Para além disto, o facto de os estabelecimentos do pré-escolar estarem com taxas de ocupação relativamente elevadas e de se denotar na evolução do número de alunos, uma ligeira tendência para o crescimento, pode levar a um esgotamento da capacidade de acolhimento destes.

A não revisão/ optimização do plano de transportes, constitui uma séria ameaça ao desenvolvimento do sistema educativo pois este é excessivamente dependente de um plano de transportes eficaz.



9. Propostas de funcionamento e organização da rede escolar

Equacionando as premissas em presença neste documento, propõe-se um conjunto de acções necessárias ao bom funcionamento da rede escolar, garantindo uma oferta educativa adequada às necessidades educativas que se prefiguram para o século XXI.

Neste contexto, são considerados todo o ensino público e privado, incluindo o que é responsabilidade do Ministério da Educação e da Câmara Municipal.

A forma de organização e funcionamento da rede escolar deverá privilegiar as opções pedagógicas anteriormente destacadas no capítulo «Política Educativa Municipal», conferindo prioridade às acções que garantam uma efectiva melhoria na qualidade do serviço educativo prestado à população do Concelho. Nesta perspectiva, ressalva-se a importância da relação Escola/Família/Comunidade, a socialização em grupo de pares, a disponibilização de recursos didáctico-pedagógicos e humanos, a coordenação de actividades de formação ao longo da vida.

9.1. Opções estratégicas

Assim, propõe-se valorizar na escolha de prioridades ou na tomada de decisões o seguinte:

- A integração do percurso escolar – assegurar uma crescente integração de saberes ao longo dos 4 níveis de ensino, contando, com especial relevo com a participação activa da família, no caso específico do pré-escolar itinerante. O modelo das Básicas Integradas favorece,



pelas suas características muito próprias, a integração e a articulação das aprendizagens dos alunos ao longo do seu percurso escolar tornando-as mais significativas;

- O sentido comunitário – um espaço social com características de isolamento, mais do que qualquer outro, necessita da implementação dinâmicas que promovam as relações interpessoais entre os seus elementos. A Escola surge, assim, como pólo de criação de sinergias comunitárias que concorrem para a quebra de isolamento das populações e para a valorização de um património cultural e humano que mais do que preservado, se quer recriado.

- A adequação e modernização de recursos – a igualdade de oportunidades no acesso aos meios de desenvolvimento de competências que apetrechem as populações na sua formação pessoal e profissional. Para que tal possa acontecer é necessário dotar as estruturas educativas de meios humanos e materiais actualizados;

- A importância das novas tecnologias de comunicação e de informação;

- Os índices de analfabetismo elevadíssimos pressupõem a promoção de acções no âmbito de literacia, numeracia e da info-inclusão, no âmbito da escolaridade obrigatória e com especial incidência no Educação de Adultos e da formação ao longo da vida.

Este conjunto de opções funciona como um meio, não apenas de assegurar a continuidade das formas de operacionalização das práticas



educativas mas, igualmente, otimizar meios e recursos mantendo a funcionar as estruturas educativas existentes que se afiguram adequadas às características da comunidade em questão.

Uma das fragilidades apontadas por inúmeros estudos nacionais aponta a relacionada com a Educação e Formação dos cidadãos. Assim, a qualidade da mesma constitui uma mais-valia ao nível da competitividade nas dinâmicas de uma determinada comunidade. A oferta educativa de qualidade e das práticas educativas poderá constituir um motivo de fixação das populações e, daí, assumir-se como um factor de crescimento demográfico e, consequentemente, de desenvolvimento.

9.2. Educação Pré-escolar

A Educação Pré-escolar, neste contexto, aparece como um pilar fundamental não apenas na perspectiva de formação e educação das crianças mas, também, na responsabilidade partilhada decorrente do tipo de práticas próprias da modalidade de Itinerância (1).

Esta modalidade de Educação Pré-escolar tem como principais objectivos:

- possibilitar a todas as crianças do Concelho de Alcoutim (que não têm acesso a estruturas fixas) o acesso à Educação pré-escolar;
- envolver famílias e comunidades nas responsabilidades educativas das crianças;
- promover a continuidade educativa (família/pré-escolar/escolaridade obrigatória).



Pelo percurso já feito e através da reflexão das práticas anteriores, a EPEI pretende:

- contribuir de forma decisiva para assegurar condições de igualdade a todas as crianças do concelho;
- Proporcionar a transição progressiva e acompanhada entre os três níveis – Família/Pré-escolar/1º ciclo;
- Assegurar condições de articulação entre a Educação pré-escolar Itinerante e as duas EBI's – Alcoutim e Martinlongo;
- Promover dinâmicas de grande grupo de forma estabelecer relações interpessoais entre as crianças dos diferentes Pólos Fixos e Apoios Domiciliários;
- Reforçar os contactos Escola/Meio com vista a um melhor aproveitamento das potencialidades educativas que a comunidade oferece;
- Envolver todos os intervenientes na avaliação das estratégias, através de registos apropriados que acompanhem todo o processo de forma a enriquecer e valorizar a EPEI.

Para assegurar a consecução dos objectivos a que esta modalidade educativa se propõe, e tendo em conta as linhas orientadoras, deverão manter-se as estratégias de intervenção a seguir referenciadas:

- Apoios Domiciliários – a criança é apoiada no domicílio, por impossibilidade geográfica e de deslocação para um pequeno grupo próximo. As actividades têm regularidade semanal, com o horário



correspondente a meio tempo – 2 horas e 30 minutos (três vezes por semana). Esta situação de apoio implica um acompanhamento próximo e o envolvimento inevitável e desejável da família;

1. «Cada modalidade de educação pré-escolar tem características organizacionais próprias e uma especificidade que decorre da sua dimensão e dos recursos materiais e humanos de que dispõe» in *Orientações Curriculares*, 1997:41

- Pólo Fixo – Onde o número de crianças é superior a 4 e actualmente a funcionar nas salas devolutas do 1º ciclo. Com regularidade semanal, dois dias e meio por semana;

- Apoio de Ludoteca – Apoio a grupos de educação pré-escolar, inseridos nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e nas salas do 1º ciclo da EBI de Martinlongo. Tem como principal objectivo aumentar o apoio pedagógico e material destas instituições, permitindo o trabalho em par pedagógico, o apoio, a confiança e a continuidade educativa das crianças que transitam de um nível para o outro. Tem regularidade quinzenal, com horário de 2 horas e 30 minutos.

- Espaço de integração – Envolve crianças de 5 anos da EPEI e das instituições do Concelho promovendo um acompanhamento do grupo que transita de ano lectivo seguinte para a escolaridade obrigatória e permitindo o reconhecimento e exploração dos diferentes espaços e equipamentos, assim como o contacto com as regras e vivências próprias das EBI's. Tem regularidade semanal, com um horário de 2 horas e 30 minutos.



Assegurar os recursos humanos qualificados, nomeadamente, educadores que dêem resposta às modalidades previstas para as necessidades do concelho

9.3. Ensino Básico

Pretende-se que a escola se afirme, cada vez mais, como local de referência assumindo-se como centro de recursos, espaço de convívio e bem estar da comunidade educativa, levando todos e cada um à construção de valores, referência primordial enquanto cidadãos. Deste modo dever-se-á continuar a possibilitar ambientes de aprendizagem que favoreçam a integração de saberes, o desenvolvimento da compreensão e do pensamento crítico, o aprender a ser, o aprender a colaborar, o aprender a fazer e o exercício da cidadania, implicando uma forte relação com outros contextos e com a comunidade em que a escola está inserida.

Tendo presente estes conceitos, a defende-se como princípios fundamentais que:

- A escola seja um lugar de aprendizagens significativas, de construção de valores e facilitadora da integração social, desenvolvendo nos seus alunos valores e atitudes de respeito para com os outros, para com os objectos do seu quotidiano e para com o meio;
- A escola favoreça aprendizagens significativas que permitam a continuação de estudos ou o ingresso na vida activa;



- A escola desenvolva capacidades de aprender a aprender e de aprender a ser, de saber e de saber-fazer (estimulando o auto-conhecimento e a autonomia do aluno);
- a escola como local de referência e que facilite a inserção social, promovendo o sucesso escolar quer a nível institucional, quer a nível pedagógico, preparando para a vida, desenvolvendo o gosto pela aprendizagem e pela participação na vida escolar.

Objectivos:

- Envolver as escolas como parceiros no processo de desenvolvimento local;
- Proporcionar condições de acesso a todas as crianças do concelho em idade pré-escolar, através do regime de itinerância;
- Promover, através das estratégias implementadas e outras que se assumam como adequadas, a relação Escola/Família/Comunidade;
- Garantir a aplicação de medidas promotoras da qualidade do sucesso educativo;
- Promover a igualdade de oportunidades do sucesso escolar, nomeadamente, através de medidas que contribuam para compensar desigualdades económicas e sociais;



- Promover a coerência, articulação e sequencialidade entre os 4 níveis educativos;
- Melhorar a integração das componentes locais e regionais do currículo e seu aproveitamento para o desenvolvimento de competências específicas, nos alunos e valorização das comunidades;
- Proporcionar o prosseguimento de estudos, alargando a oferta formativa;
- Promover a sociedade de conhecimento através de medidas e acções contextualizadas de combate à iliteracia, info-exclusão e ao analfabetismo;
- Proporcionar formação adequada e específica a todos os elementos da comunidade educativa;
- Implementar os mecanismos para a celebração de contratos de autonomia;

Em resultado da experiência adquirida e de avaliação regular e continuada dos resultados atingidos, e atendendo aos objectivos delineados considera-se fundamental garantir o seguinte:

- A aplicação de critérios pedagógicos na organização de grupos-turma, nunca excedendo dois grupos por turma no 1º ciclo, como factor decisivo para o sucesso dos processos de aprendizagem;



- Manter a coadjuvação nas áreas da expressão artística e ciências experimentais, na perspectiva da articulação e transversalidade dos saberes;
- Continuar a assegurar o funcionamento de actividades de enriquecimento curricular com recursos a parcerias com outras instituições, de acordo com os projectos educativos e projectos curriculares de escola.

Por outro lado, o desenvolvimento curricular da educação básica deve ter em conta a necessidade de dotar, desde cedo, as crianças com competências que lhes permitam aceder e interagir numa sociedade de conhecimento. Nesse sentido, privilegiam-se as seguintes áreas:

- Matemática
- Leitura
- Ciências experimentais
- Tecnologias de Informação e Comunicação

9.4. Educação de adultos e Aprendizagem ao longo da vida

Permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimimento da sua carência, visando a globalidade e a



continuidade da acção educativa, numa perspectiva de educação permanente são um dos objectivos da Educação de Adultos. Ainda, desenvolver a capacidade para o trabalho, bem com a atitude positiva face à formação e às necessidades de aperfeiçoamento e de valorização pessoal e social.

As zonas rurais carenciadas e isoladas, como é o caso de Alcoutim necessitam, especialmente, de afectar de forma eficaz todos os recursos pertinentes a uma formação contextualizada.

Num concelho com índices de analfabetismo muito elevados e caracterizado por uma pirâmide etária extremamente envelhecida (incluir percentagem), a Educação de Adultos ganha, pelos motivos referidos, um especial protagonismo.

Assim, propõe-se a continuidade da oferta educativa existente e a funcionar com sucesso, nomeadamente, ao nível dos Cursos Sócio-Educativos, Sócio-Profissionais, de combate ao Analfabetismo e Cursos do 1º ciclo. Em suma, pretende-se assegurar a implementação de medidas educativas que dêem resposta aos interesses e necessidades da população.

Aprendizagem ao longo da vida

O binómio formação/desenvolvimento é importante ser aqui considerado não só porque a educação e formação implicam maior qualificação mas também como forma de "aprendizagem colectiva em que a transformação social é concomitante com a mudança de



representações e de comportamentos quer ao nível individual quer ao nível educativo” Canário,R. (1999:78).

Elegem-se como objectivos, nesta área, os seguintes:

- Formação de agentes de educação e de formação tais como, pessoal docente e não docente e Pais e Encarregados de Educação;
- Garantir a continuidade de uma estrutura local de formação, que poderá constituir um centro de recursos que apoiem a comunidade educativa e servir como pólo de desenvolvimento;
- Alargar as competências de acção e da estrutura de formação contínua, inclusivamente, na validação de competências.

9.4. Programas /Acções /Projectos educativos

Para além do consagrado nos Projectos Educativos existentes, designadamente, no que diz respeito às EBI's elegem-se as seguintes acções como prioritárias no desenvolvimento da Política Educativa Municipal:

- Programas de educação ambiental;
- Programas de educação artística;



- Acções de promoção da cidadania;
- Programas para a promoção da saúde;
- Intercâmbios escolares nacionais e estrangeiros;
- Programas de valorização das comunidades e de promoção da leitura.

9.5. Parceiros locais

Em contextos social e culturalmente desfavorecidos, como é o caso do Concelho de Alcoutim, as dinâmicas de parceria assumem-se como vector fundamental para a consecução eficaz das políticas educativas. Entende-se que a sua implementação deverá ser tendente ao desenvolvimento local potenciando os recursos humanos, físicos e materiais da escola, colocando-os ao serviço das comunidades locais.

As parcerias da Câmara Municipal de Alcoutim são:

- Direcção Regional de Educação do Algarve
- Centro de Saúde de Alcoutim
- Associação Alcance
- Associação Odiana **VEREADOR RUI**



9.6. Programação financeira das acções

De acordo com a alínea c do nº 2 do artº 18 do Decreto-Lei 7/2003, deverá ser feito um plano de financiamento com a estimativa do custo das acções propostas e com menção das fontes de financiamento e das entidades responsáveis pela sua execução. Cabe ao Ministério da Educação a devida cabimentação.

Contudo, refere-se que, ao nível das EBI's, a programação é feita através dos orçamentos de estado, orçamento privativo, fundos comunitários, financiamento autárquico e parcerias a estabelecer. Estas instituições a estimativa de gastos, por ano, é variável, conforme a orçamentação referida anteriormente, as parcerias estabelecidas e as dimensões dos projectos em desenvolvimento.

9.7. Articulação institucional

A articulação institucional ocorrerá a nível local, regional e nacional. A nível local o desenvolvimento das acções, bem como a sua monitorização será feita no seio do Conselho Municipal de Educação.

Um dos principais desafios subjacentes na carta educativa centra-se na eficaz cooperação entre as diversas instituições envolvidas nos processos educativos, inclusivamente, parceiros no âmbito cultural, desportivo e social. Para tal, conta-se com a sinergia de vontades e de esforço financeiro ao nível do Ministério da Educação, da Direcção Regional de Educação do Algarve e da Autarquia, para otimizar saberes tácitos e explícitos de todos os intervenientes.



10. Monitorização

- Órgãos internos das duas escolas
- Órgãos do conselho municipal de educação
- Relatórios
- Reunião órgão
- Actas
- Aplicação de instrumentos de registo
- Produtos e resultados



Figura 51 – Matriz SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">Estabelecimentos educativos recentes em bom estado de conservação;Baixas taxas de abandono escolar;Baixas taxas de insucesso escolar;Concentração dos estabelecimentos (optimização de recursos).	<ul style="list-style-type: none">Nº reduzido de indivíduos em idade escolar;Concentração dos estabelecimentos (irradiação).Ausência do ensino secundário.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">Tendência para a inversão do processo de despovoamento;Ensino Secundário/ profissional;Optimização do Plano de Transportes;	<ul style="list-style-type: none">Processo de despovoamento (+-);Taxas de ocupação (pré-escolar);Plano de transportes